

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ECONOMIA

CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA E EVOLUÇÃO DO
CRÉDITO NO BRASIL, NO PERÍODO 2000-2009

GREGORY ANDREAS RIBEIRO

Monografia de Conclusão do Curso
apresentada à Faculdade de Economia para
obtenção do título de graduação em
Ciências Econômicas, sob orientação da
Profa. Dra. Lucy Aparecida de Sousa

São Paulo, 2010

RIBEIRO, Gregory Andreas. CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA E EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL, NO PERÍODO 2000-2009, São Paulo, FAAP, 2010, 47p. (Monografia Apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)

Palavras-Chaves: Consolidação Bancária, Evolução do Crédito, Crise Financeira Internacional.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão à minha família, meus amigos que me acompanharam nessa jornada e a Prof^a. Dra. Lucy Sousa, por todo o apoio durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda minha família, especialmente aos meus pais e ao meu irmão, por todo o apoio e suporte durante essa minha difícil caminhada.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos em que precisei.

À Professora Doutora Lucy, que tanto me ajudou e me acompanhou durante toda essa longa caminhada que durou muito mais do que o esperado.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas que, com toda certeza, transmitiram, além de conhecimento, experiências de vida que levarei como exemplo por toda a vida.

SUMÁRIO

Lista de Gráficos

Lista de Tabelas

Resumo

INTRODUÇÃO	1
1 REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA NOS ANOS 90	2
Introdução.....	2
1.1 Consolidação Bancária Internacional.....	2
1.2 Abertura Financeira dos anos90.....	4
1.3 As Crises Bancárias do pós-Plano Real.....	7
1.4 O início da grande onda das Fusões e Aquisições bancárias no Brasil.....	11
1.5 Basiléia I: alterações e conseqüências.....	14
Conclusão.....	15
2 A CONFIGURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO A PARTIR DOS ANOS 2000	17
Introdução.....	17
2.1 O Novo Acordo de Basiléia (Basiléia II).....	17
2.2 A concorrência no sistema bancário brasileiro.....	20
2.3 O aumento da eficiência e lucratividade do setor bancário.....	24
Conclusão.....	28
3 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL NOS ANOS 2000	29
Introdução.....	29
3.1 O comportamento do spread bancário.....	29
3.2 A evolução do crédito no período.....	32
3.3 A atuação do governo na crise financeira e a importância do crédito.....	38
Conclusão.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de bancos por natureza de capital.....	22
Gráfico 2: Evolução da eficiência de intermediação.....	26
Gráfico 3: Evolução da eficiência de resultados.....	26
Gráfico 4: Evolução da lucratividade e da concentração no SFN.....	27
Gráfico 5: Evolução dos spreads bancários a partir de junho de 2000, por tipo de tomador.....	31
Gráfico 6: Operações de crédito sobre PIB (%)......	37
Gráfico 7: Operações de crédito por controle de capital (% relativa).....	38
Gráfico 8: Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da Concentração do Sistema Bancário Brasileiro.....	21
Tabela 2: Evolução dos bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas no Brasil no período 1993-2002.....	22
Tabela 3: Instituições Classificadas pelo Ativo Total – em milhões R\$.....	23
Tabela 4: Evolução do crédito de 2007-2009.....	33
Tabela 5: Crédito com recursos livres.....	34
Tabela 6: Crédito com recursos direcionados.....	35
Tabela 7: Evolução do crédito das 4 principais instituições do Brasil.....	35
Tabela 8: Participação do estado no crédito total concedido, Brasil: 1994-2006.....	36
Tabela 9: Operações de crédito por atividade econômica (R\$ milhões).....	39

RESUMO

A década de 1990 foi marcada por diversas mudanças no cenário financeiro/comercial brasileiro e trouxe mudanças importantes para o setor bancário nacional. A entrada de instituições financeiras estrangeiras permitiu o fortalecimento e a consolidação do setor. Com as crises bancárias de meados da década e a grande onda de Fusões e Aquisições de bancos nacionais por bancos estrangeiro, trouxe novas tecnologias, permitindo um aumento na eficiência e lucratividade do setor bancário brasileiro. Nos anos 2000, o crédito no Brasil passou a apresentar aumentos significativos, liderado pelos bancos privados nacionais e internacionais. Com a crise financeira de 2008, os bancos públicos tomaram a frente, graças à forte atuação do governo de contenção dos efeitos desta, e assumiram o papel principal no setor, mantendo o crescimento das operações de crédito, assim como o crescimento da economia brasileira.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, o mercado bancário brasileiro sofreu diversas alterações. A começar pela consolidação internacional do setor, na década anterior, em que bancos sólidos estrangeiros vinham em busca de novos mercados, e que somada à abertura comercial brasileira, facilitou a entrada dessas instituições. A partir de meados da década de 1990, muitos bancos tiveram problemas financeiros de solvência e alguns programas do governo foram adotados como forma de ajudar na saúde dessas instituições, como por exemplo, o Proer e Proes. Dessa forma, iniciou-se uma grande onda de Fusões e Aquisições no setor bancário, em que os bancos mais sólidos compravam uma parte (ou totalmente) dos bancos que passavam dificuldades financeiras.

O Primeiro Acordo de Basiléia (1975) foi uma tentativa de supervisionar e regulamentar o setor bancário, mas se mostrou bastante ineficiente durante a década de 1990. Assim, foram propostas algumas alterações e melhorias para que no início dos anos 2000 fosse implantado o Novo Acordo da Basiléia, melhorando a eficiência de sua atuação.

O setor bancário brasileiro dos anos 2000 se mostrou bastante consolidado e, com a grande onda de Fusões e Aquisições, apresentou uma significativa redução do número de instituições financeiras atuantes no país, aumentando, assim, a concentração do mercado nos principais grupos/bancos. Nessa década, os bancos ainda apresentaram um significativo aumento de eficiência tanto de intermediação, como de resultado e ainda mostrou um crescimento da lucratividade do setor.

A partir desses elementos, tem-se a base contextual para desenvolver o estudo do principal tema deste trabalho monográfico, que é a evolução do crédito no Brasil, nos anos 2000, analisando o comportamento do *spread* bancário no período e sua importância como barreira para o crescimento das operações de crédito. Outro aspecto de extrema importância é o avanço da crise financeira internacional de 2008 no mercado brasileiro e as consequências e alterações trazidas por esta para o crédito nacional.

Para analisar tal processo opta-se por dividir o trabalho em três capítulos. No primeiro, busca-se analisar as alterações sofridas no mercado bancário brasileiro na década de 1990. O segundo capítulo procura descrever o sistema bancário brasileiro nos anos 2000. No terceiro capítulo, é estudada a evolução do crédito nos anos 2000, analisando o comportamento do *spread* bancário e as consequências da crise financeira no mercado de crédito nacional. Finalmente, nas considerações finais, procura-se destacar os aspectos mais importantes que foram estudados ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO I

REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dos acontecimentos mais importantes para o setor bancário brasileiro, na década de 1990, e analisar seus efeitos e conseqüências em relação à evolução do crédito no país, além de abordar a consolidação bancária internacional como um dos fatores para a consolidação dos bancos no Brasil. Os condicionantes macroeconômicos são: a abertura financeira dos anos 90; as crises bancárias do período pós-Plano Real; a onda de Fusões e Aquisições que atingiram o setor bancário, ainda na década de 1990 e a implantação do Acordo de Basiléia I.

1.1 Consolidação bancária internacional

Segundo Paula (2002), a consolidação bancária deve ser entendida como um processo resultante de uma fusão ou de uma aquisição, seja dentro de um setor da indústria financeira seja entre setores, que, em geral, reduz o número de instituições e aumenta o grau de concentração de mercado.

Antes de se verificar a consolidação bancária no mercado brasileiro e a entrada dos bancos estrangeiros com as fusões e aquisições de bancos nacionais, analisa-se a consolidação do mercado bancário internacional que se iniciou a partir do início da década de 1980. Segundo Paula (2002), em seus estudos sobre a consolidação bancária nos países desenvolvidos, os principais fatores que empurram essa recente consolidação bancária que vem ocorrendo nos países da Europa, são: a desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional; a abertura do setor à competição internacional; os desenvolvimentos tecnológicos, afetando o processamento das informações e os canais alternativos para os serviços; e as mudanças no comportamento das instituições financeiras, dando uma maior ênfase no retorno aos acionistas. Já no caso dos Estados Unidos, Paula (2002) aponta como fatores da consolidação e da onda de Fusões e Aquisições bancárias: a eliminação das restrições geográficas (tanto em nível estadual, como em nível federal) sobre as instituições financeiras e as agências bancárias; o “relaxamento” nas atividades que os bancos podem

participar; e o forte crescimento nos lucros dos bancos e da Bolsa de Valores na década de 1990, que reduziu os custos dessas aquisições.

Segundo Rocha (2002), os principais fatores da expansão dos bancos europeus para os mercados da América Latina e Brasil são as mudanças estruturais, que continuam ocorrendo no setor bancário europeu, no contexto de liberalização financeira, e que modificaram os padrões de concorrência, aumentaram o nível de concentração e diminuíram as margens de lucro. Esta integração financeira dos países da União Européia se iniciou ainda na década de 1970 e, ao final da década de 1980, o setor bancário europeu se encontrava bastante modificado. As principais modificações foram: as diferentes regulamentações nacionais tornaram-se convergentes; os mercados, que até então eram fechados à competição externa, sofreram grande abertura; os controles sobre a atividade bancária foram eliminados ou relaxados com a desregulamentação. Assim, o cenário estável, com pouca eficiência e competitividade, começou a se apresentar bastante modificado.

O Programa de Mercado Único e a União Monetária Européia (UME) podem ser vistos como redutores de barreiras de eficiência para consolidação bancária dentro das fronteiras da União Européia e dentro do subconjunto de nações participantes da união monetária respectivamente. (PAULA, 2002, p. 15)

Esse tipo de políticas, mencionadas anteriormente, elimina ou diminui as diferenças entre as moedas, as estruturas regulatórias e as barreiras contra competidores estrangeiros dos países da União Européia, tornando mais fácil e menos custoso para as instituições financeiras operarem através das fronteiras entre países dentro do bloco. Paula (2002) também destaca a importância da criação de uma moeda única - o euro - como um fator muito importante para a consolidação bancária européia. Para ele, uma moeda única levanta barreiras econômicas para a oferta dos serviços bancários entre fronteiras dentro da zona do euro e essa adoção de uma única moeda tem a capacidade de expandir o potencial de crescimento e de diversificação dos bancos dos países da União Européia.

A concentração bancária nesses países se acentuou com a diminuição do número de instituições, com o declínio das margens líquidas de juros dos bancos devido ao aumento na competição bancária e na formação de grandes conglomerados financeiros, em níveis regional e internacional (PAULA, 2002). Assim, na década de 1980, a Europa viu crescer bastante a onda de Fusões e Aquisições das instituições financeiras dentro das nações; posteriormente, dentro do continente; e por fim, expandindo as aquisições para fora do continente europeu, chegando a América Latina e mais precisamente ao Brasil – assunto que será tratado nos

próximos tópicos, com a abertura financeira dos anos 90; com as crises bancárias brasileiras; e finalmente, a grande onda de fusões e aquisições bancárias que invadiu o território brasileiro, a partir de meados dos anos 90.

1.2 Abertura financeira dos anos 90

Conceitualmente, a abertura financeira de um país está ligada a duas situações distintas, sendo elas: a abertura dos movimentos de capitais do balanço de pagamentos e a possibilidade de se efetuar transações monetárias e financeiras em moeda estrangeira no território nacional (FREITAS e PRATES, 2001). No Brasil, na década de 1990, essa liberalização foi gradativa, porém foi responsável por diminuir as barreiras aos investimentos estrangeiros no mercado nacional, aumentando as reservas do país; e permitir um maior acesso por parte dos agentes econômicos brasileiros aos tipos de investimentos dos mercados internacionais, como por exemplo, a emissão de títulos e ações nos mercados internacionais. Além disso, a abertura financeira representou a entrada de instituições internacionais no mercado nacional, o que permitiu uma forte ascensão da onda de fusões e aquisições no setor bancário brasileiro – que será tratado ainda neste capítulo – e um crescimento da concentração no setor.

A abertura financeira na década de 1990 teve dois eixos centrais: a flexibilização da entrada de investidores estrangeiros no mercado financeiro brasileiro e a adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional, ancorado na emissão de *securities* (títulos de renda fixa e ações). (Idem, *ibidem*, p. 85)

Segundo Paineira e Carcanholo (2002), a abertura financeira deve ser entendida como uma maior facilidade dos indivíduos de uma nação para adquirir ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e dos indivíduos de outras nações para poderem operar nos mercados financeiros domésticos. Dessa forma, a abertura financeira ocorrida no Brasil, na década de 1990, significou uma desregulamentação da entrada de capitais estrangeiros e da saída de capital doméstico, além de uma maior agilidade na conversão de moedas. Porém, segundo Prates (1999) o Brasil apresentou uma especificidade na sua abertura financeira, comparada com os países latino-americanos, que foi a proibição de depósitos em moeda estrangeira de não-residentes no sistema bancário doméstico. Por isso, para autores como

Prates e Freitas (2001), a abertura financeira da economia brasileira não se fez completa no início da década de 1990.

Outro aspecto conseqüente da abertura financeira no Brasil foi o aumento da diversidade de ativos possíveis para investimento, tanto para investidores internos, como para os externos. Surgem novas alternativas de investimento, o que dá uma maior opção para os investidores, resultando numa maior possibilidade de redução dos riscos. Assim, o investidor tem a possibilidade de escolher, dentre os vários tipos de investimentos, aqueles que irão proporcionar um maior retorno, dado nível de risco que ele esteja disposto a enfrentar, no período desejado.

A modalidade de investimento que mais atraiu investidores estrangeiros foi o mercado acionário. Isso ocorreu devido ao fim das restrições quanto ao prazo de permanência dos investimentos, com o Anexo IV à Resolução nº 1.289/87. Resumidamente, esse anexo disciplinou os investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários de companhias abertas, sem impor critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência, permitindo a entrada direta de investidores “qualificados” no mercado acionário nacional, definidos estes como fundos de pensão, companhias de seguro, instituições financeiras estrangeiras, entre outros.

Em meio a essa abertura financeira, onde se teve um aumento muito grande das emissões de títulos pelas empresas nacionais, os bancos tiveram um papel muito importante no fornecimento de consultoria especializada, na estruturação e montagem das operações, na subscrição das emissões e na concessão de aval para empresas não-financeiras; e ainda, mesmo com menor expressão, nas operações de empréstimos sindicalizados, que obtiveram um significativo aumento no ano de 1997, porém na modalidade de curto prazo (FREITAS e PRATES, 1999, p. 78).

Em relação ao impacto sobre o mercado de crédito bancário, Freitas e Prates (1999 e 2001) apontaram três fatores dos quais o mercado de crédito é dependente: o volume captado de títulos colocados no exterior; o volume de recursos repassados pelos bancos aos indivíduos internos; e a gestão macroeconômica dos fluxos. Por ter sido uma abertura incompleta (não é permitido o depósito de não-residentes em moedas estrangeiras), o repasse pelos bancos se dá através de empréstimos diretos ou através de emissões de títulos no exterior. Os que tiveram maior atuação foram os empréstimos bancários envolvidos pela Resolução nº 63, que abrangem apenas pessoas jurídicas e são utilizados para operações de capital de giro, *leasing*, financiamentos de exportações e importações de bens de capital.

Em se tratando do terceiro fator apontado pelos autores anteriormente mencionados, existem duas hipóteses colocadas por eles: o impacto dos fluxos de capitais ser esterilizado (com aumento da oferta de títulos públicos, pelo Banco Central do Brasil) ou não ser esterilizado. A primeira hipótese isola o mercado de crédito dos fluxos de capitais externos, porém causam “impactos sobre a composição do *funding* do sistema bancário, com maior proporção do crédito associada às operações de repasse” (FREITAS e PRATES, 1999, p. 93). Na segunda hipótese, além de uma pressão de baixa da taxa de juros, “há uma expansão do volume de liquidez primária da economia e, assim, dos depósitos bancários, aumentando potencialmente a capacidade de expansão creditícia dos bancos” (Idem, *ibidem*).

Com relação à entrada de instituições estrangeiras no mercado nacional, existe uma discussão acerca dos impactos e efeitos líquidos do processo. A seguir, destacam-se alguns pontos positivos e negativos em relação à abertura financeira, com a entrada de instituições estrangeiras. Dentre os prós da forte presença estrangeira no mercado financeiro nacional, destacam-se as seguintes contribuições dos bancos estrangeiros: tecnologia de crédito e de controle de risco (falta de experiência dos bancos nacionais em conceder créditos em longo prazo); aumento da competição no setor (maior transparência, *know-how*, ética e *compliance*); e maior sofisticação dos produtos e barateamento dos mesmos. Dentre os fatores negativos, manifestados principalmente pelos banqueiros nacionais, após a compra do Banco Bamerindus pelo HSBC e atuação agressiva do Banco Santander de aquisições de bancos nacionais, destacam-se: uma possível ameaça à soberania nacional, uma vez que os bancos estrangeiros estavam com mais de 30% dos ativos totais do sistema bancário brasileiro, sendo que o “limite ideal” seria de 20% dos ativos totais; a possível perda de crédito do Banco Central (para um banco estrangeiro, o Banco Central do Brasil representa um risco de crédito, como qualquer outro); e a possível maior vulnerabilidade do real, com a possibilidade dos bancos estrangeiros lucrarem com apostas contra o real, comprando dólares do Banco Central, utilizando seu *funding* em reais (FREITAS, 1999).

É necessário, porém, saber analisar esses argumentos e separar os que realmente são fundamentados em hipóteses concretas relevantes ao país, daqueles que somente são interesses individuais dos banqueiros brasileiros, por exemplo. A seguir, destaca-se uma crítica, que aponta fatores negativos à entrada das instituições financeiras estrangeiras.

A ampliação da presença estrangeira no sistema bancário brasileiro não teve o impacto esperado pelas autoridades econômicas em termos da redução dos custos do crédito e dos serviços bancários ofertados à população e do alongamento dos prazos das operações de crédito como consequência de

suposta maior *expertise* na administração dos riscos. Os bancos estrangeiros recém chegados adotaram um comportamento semelhante ao dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros já presentes no país antes da flexibilização das condições de entrada ocorrida em 1995. (FREITAS e PRATES, 2001, p. 100)

Sobre o assunto das fusões e aquisições, no setor bancário mundial (principalmente no brasileiro), ocorridas após a abertura financeira da economia nacional, será dado um maior detalhamento ainda neste capítulo, no item 1.3.

1.3 As crises bancárias do pós-Plano Real

Segundo Corazza (2000), “uma crise bancária geralmente se manifesta como um problema de liquidez, expresso na incapacidade dos bancos atenderem a retirada de depósito dos seus clientes”, e ela pode ser ocasionada pela interação de condicionantes macroeconômicos e microeconômicos. Como macroeconômicos, o autor aponta “um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização”, e como microeconômicos, ele destaca “a fragilidade intrínseca dos próprios bancos”.

Os anos que sucederam a implantação do Plano Real significaram um período de significativas alterações no sistema bancário brasileiro. Os anos de 1995-96 ficaram conhecidos por ser um período de uma forte crise bancária nos países em desenvolvimento. Com a implantação do Plano Real, que significou uma estabilidade dos preços e o fim das altas inflações que o país apresentava, muitas instituições financeiras, principalmente as de pequeno porte, mostraram-se economicamente inviáveis, pois somente com a alta inflação conseguiam mascarar seus elevados custos, que apresentavam ganhos fáceis com o giro do dinheiro, e aprofundou as dificuldades de instituições de grande porte, porém com frágeis estruturas financeiras, devido a um, ou mais, desses três fatores apresentados a seguir: elevação excessiva de risco de crédito; fracassadas estratégias de fusão banco-indústria; numerosas fraudes praticadas no setor (FREITAS, 2008).

Segundo Costa (1999), os principais problemas que o setor bancário brasileiro apresentou nesse período foram: a eliminação de receitas com *float*; necessidade de elevadas reservas compulsórias; aumento da inadimplência de clientes; a volatilidade macroeconômica; e a prematura liberalização financeira. A partir dessa situação de estabilidade, os bancos dos países em desenvolvimento passaram a redefinir suas estratégias, que se demonstraram, em

alguns casos, de riscos muito altos. No caso brasileiro, essas mudanças, em parte acarretaram numa crise sistêmica dos bancos.

Os bancos viabilizaram a expansão da demanda por crédito, na expectativa de ampliar suas fatias de mercado e suas margens de lucro, e substituíram os ganhos com inflação pelas receitas de operação de crédito, sem uma avaliação adequada dos riscos. Esse movimento característico da hipótese de instabilidade financeira formulada por Minsky (1982) assumiu contornos particulares no caso brasileiro devido à falta de “cultura de crédito” do sistema bancário, que se encontravam completamente despreparados para a concessão de crédito, com sistemas internos de controle bastante ineficientes. (FREITAS, 2008, p. 3)

Diversos autores apontam também como fator determinante, que resultou nas crises bancárias do país, a adoção de um regime de câmbio fixo. A implantação do Plano Real visava à estabilização dos preços e queda da inflação, via fixação do câmbio e entrada de capitais. Essa estabilização resultou num aumento da demanda agregada e fez com que os bancos expandissem suas operações ativas, ao invés de contraí-las para enfrentar as perdas de rentabilidade quando se findaram as receitas inflacionárias, e permitiu a sobrevivência de bancos ineficientes no novo cenário econômico. Esse aumento da demanda agregada e, conseqüentemente do consumo, é, em grande parte, subsidiado pelo crédito. Cria-se então uma “bolha creditícia”, que é responsável pela perda de qualidade dos ativos bancários, deixando o setor bancário vulnerável a pequenos choques. Porém, deve-se destacar também que o aumento da inadimplência, que acompanhou essa bolha do crédito, foi causado pela baixa supervisão e exigência para concessão de crédito e pela falta de capacidade dos bancos em analisar e avaliar os riscos das operações.

No ano de 1995, o governo brasileiro adotou políticas restritivas para tentar coibir os efeitos da crise mexicana de 1994-95, pois elevou as taxas básicas de juros de 20% a.a. para 45% a.a. e resultou numa forte diminuição do ritmo de crescimento econômico do país. Neste mesmo ano, no segundo semestre, o país presenciou a insolvência e a liquidação de dois de seus maiores bancos: Econômico e Nacional. Esse foi o estopim de uma crise sistêmica que se demonstrava muito mais grave do que todas as crises bancárias anteriores, devido à dimensão desses bancos (CORAZZA, 2000). A liquidação do Banco Econômico, em agosto, demandou a intervenção do Banco Central do Brasil, e em novembro, com a liquidação do Banco Nacional, o governo se viu obrigado a implementar algumas medidas preventivas, incluindo o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e o estímulo às Fusões e Aquisições bancárias (PAULA e MARQUES, 2004).

O Proer era um “programa de financiamento da absorção de bancos em dificuldades por instituições saudáveis”. Assim, os passivos e ativos com condições de serem recuperados das instituições insolventes foram transferidos para instituições de melhor estrutura financeira, porém os débitos irrecuperáveis foram adquiridos pelo Banco Central, que era também o responsável por financiar a aquisição da parte recuperável da carteira da instituição insolvente pelas instituições saudáveis (FREITAS, 2008).

Além da implantação do Proer e do Proes, outras medidas que devem ser destacadas, segundo Corazza (2000), são: concessão de incentivos fiscais para a aquisição de instituições financeiras insolventes; regulamentação do Fundo de Garantia de Créditos; imposição de dificuldades para criação de novas instituições financeiras (majorando o capital mínimo para abertura de novos bancos) e criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário; aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras; responsabilização das empresas de auditoria contábil em casos de irregularidades na instituição financeira; alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior e consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior; permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras; criação da Central de Risco de Crédito. Dessa forma, o setor bancário brasileiro conseguiu sair da situação de risco sistêmico, sem causar maiores problemas para os clientes depositantes.

Em relação à privatização dos bancos públicos nesse período estudado, os órgãos econômicos tiveram uma presença bastante ativa para que fosse reduzida a atuação do setor público, principalmente estadual, no sistema bancário e financeiro. A prioridade era de transferir o controle acionário das instituições que ainda apresentavam condições viáveis e recuperáveis para as instituições de melhor situação; e liquidar as instituições que possuíam graves desequilíbrios operacionais (FREITAS, 2008, p. 6). O instrumento utilizado para a privatização dos bancos estaduais pelo governo foi o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), devido aos recorrentes problemas enfrentados por diversas instituições estaduais. Esse programa foi implantado num contexto de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública (PAULA e MARQUES, 2004, p. 13). Nesse momento, torna-se muito forte a presença de bancos estrangeiros na aquisição ou no controle acionário dessas instituições. Houve uma redução muito grande do número de instituições e, conseqüentemente, um aumento da concentração no setor bancário. Segundo Corazza (2000), com base em dados do Banco Central do Brasil, o número de instituições financeiras que sofreram ajuste após a implantação do Plano Real, no período

1994-98, chegou a 94, sendo que, deste total, 42 foram liquidadas, 34 sofreram transferência de controle e o restante sofreu outros tipos de ajuste.

Outro fator da consolidação e da concentração bancária do Brasil, apontado por Paula e Marques (2004), além da implementação do Plano Real, do programa de privatizações dos bancos públicos e da abertura ao capital estrangeiro, é a alteração dos bancos aos padrões dos acordos da Basiléia. Algumas das medidas adotadas a partir dessa adequação dos bancos foram: exigência de capital mínimo retidos pelo banco, ponderado pelo risco das operações ativas do banco (inicialmente, estipulado em 8% e elevado, posteriormente para 11%) – esta medida provocou a liquidação de algumas instituições de pequeno porte; e aumento do capital inicial das instituições financeiras para obter permissão de funcionamento, fortalecendo a onda das Fusões e Aquisições no setor bancário, devido à impossibilidade de surgimento de novas instituições, sendo a única solução a venda da instituição ou a admissão de novos sócios, além da redução das operações ativas (ROCHA, 2001).

As operações de crédito no período apresentaram um crescimento bastante elevado, apesar do forte aumento da taxa básica de juros e do compulsório. Essa evolução do crédito se deve, em partes, por sua inelasticidade em relação às taxas de juros e possibilitou para os bancos a manutenção dos elevados *spreads* bancários. As receitas de crédito aumentaram em 118%, em 1994, e 113,6%, em 1995; e a taxa de inadimplência se manteve na elevada média de 8,1%, no segundo semestre de 1994, e iniciou sua ascensão somente nos primeiros meses de 1995 (ROCHA, 2002). Para o autor, os primeiros efeitos do Plano Real sobre o setor bancário “não afetaram significativamente sua rentabilidade”, pois os ganhos de receitas de crédito e de tarifas compensavam as perdas com as receitas inflacionárias (de *float*). Porém, num prazo um pouco mais longo, foram necessários alguns ajustes no setor bancário devido à presença da “bolha” de crédito que era acompanhada pela forte elevação da inadimplência, “dado o relaxamento das exigências para a concessão de empréstimos e a precária capacidade dos bancos avaliarem o risco das operações” (Idem, *ibidem*, p. 79-80).

Segundo Corazza (2000), baseado em estudos de Puga (1999), em relação às operações de crédito, no período de junho de 1994 até dezembro de 1998, a participação dos bancos estrangeiros evoluiu de 13,7% para 32,7%, incluindo filiais, bancos com participação e bancos com controle estrangeiro.

1.4 O início da grande onda das Fusões e Aquisições bancárias no Brasil

A crise bancária brasileira de 1995, conforme visto anteriormente, fez com que o governo do país promovesse um processo de reestruturação no setor, como forma de tentativa de contenção da crise. Para isso, o governo permitiu a entrada de instituições financeiras no mercado doméstico e iniciou um processo de liquidação e privatização de bancos públicos, além de incentivar a fusão, incorporação e transferência do controle acionário de alguns bancos privados que se encontravam com problemas (PAULA e FARIA JUNIOR, 2007). Essas instituições estrangeiras aproveitaram a oportunidade para comprar algumas instituições financeiras brasileiras problemáticas e, a partir desse momento, iniciou-se um processo de consolidação bancária no país, devido à redução da quantidade de bancos atuantes e da significativa concentração que o setor bancário brasileiro passou a ter. Dessa forma, iniciou-se uma disputa de espaço entre os grandes bancos privados nacionais e os estrangeiros, que haviam chegado ao mercado brasileiro, na aquisição dos bancos menores.

Um fator externo muito importante para a vinda dos bancos estrangeiros para o mercado bancário brasileiro, além dos fatores internos já mencionados, foi a própria vontade dos bancos em expandir seu mercado e caminhar em direção a novos mercados. O movimento das instituições estrangeiras em direção a novos mercados se relaciona diretamente com as alterações que o Sistema Financeiro Internacional sofreu, na década de 1960, quando do surgimento das inovações financeiras, com a criação de novas alternativas para endividamento e com o crescimento de operações de títulos de dívida direta. Esse movimento se tornou mais intenso no Brasil a partir da liberalização financeira e das crises bancárias de 1995, que obrigou o governo – através do Proer - a estimular a compra (aquisição ou transferência do controle acionário) de bancos que se encontravam em situações problemáticas ou insolventes. Como fator interno, destaca-se, entre outros, a eliminação pela CMN, através da Resolução nº 2.212 – Novembro 1995 – da exigência de que o capital mínimo de uma instituição financeira estrangeira fosse o dobro do capital exigido para as instituições nacionais. Essa exigência vinha sendo respeitada desde sua fixação em 1994, por meio da adesão do Brasil ao Acordo da Basileia, onde valores mínimos de capital para os bancos foram acordados pela Resolução nº 2.099, de 17 de agosto (FREITAS, 1999, p. 103).

Em meio à intensa reestruturação do setor bancário brasileiro, vivido nesse período, vários bancos tiveram que superar diversas dificuldades para se adaptar a sistemas financeiros mais liberalizados. Destaca-se o surgimento de novos concorrentes em operações que os bancos tinha exclusividade, como a emergência de instituições financeiras não-bancárias e,

até mesmo, empresas não-financeiras, oferecendo produtos que eram, até então, somente oferecidos por bancos. Esse processo de adaptação a essas novas condições de concorrência fez com que diversas instituições falissem ou fossem absorvidas por concorrentes maiores; ou, em alguns casos, as instituições optaram por adotar estratégias de diversificação de atividades, assumindo riscos mais elevados (Idem, ibidem, p. 105).

Na década de 1990, as principais fusões bancárias, que trataram da compra de bancos brasileiros com problemas financeiros, foram: a aquisição do Banco Nacional pelo Unibanco, em 1995; a aquisição do Banco Econômico pelo Banco Excel, em 1996; e a aquisição do Banco Bamerindus pelo Hongkong Shanghai Banking Corporation (HSBC – do Reino Unido), em 1997. Essa última foi considerada a primeira total aquisição de um banco brasileiro por um banco estrangeiro, para evitar a falência no primeiro, no Brasil. Com essa aquisição, o HSBC se tornou o maior banco estrangeiro, em volume de ativos e em rede bancária, do sistema financeiro brasileiro.

Algumas aquisições de instituições brasileiras por bancos estrangeiros aconteceram por intermédio do Proer. Nesses casos, os recursos utilizados para que a operação fosse completada eram do próprio programa de reestruturação. A seguir, destacam-se algumas dessas aquisições com incentivos do Proer, no período de 1995-97 (FREITAS, 1999): Banco Nacional pelo Unibanco (1995); Banco Econômico pelo Banco Excel (1996); Banco Mercantil pelo Banco Rural (1996); Banco Banorte pelo Banco Bandeirantes (1996); Banco Martinelli pelo Banco Pontual (1996); Banco United pelo Banco Antônio Queiroz (1996); Banco Bamerindus pelo HSBC (1997); Banco Português Atlântico Brasileiro pelo Wachovia Corporation (1997).

Em meados de 1996, o Banco Central do Brasil passou a exigir o pagamento de um “pedágio” pela instituição estrangeira que queria ingressar no país, como contribuição para a recuperação dos recursos públicos utilizados no saneamento do sistema financeiro. Essa contribuição era definida “com base no capital mínimo exigido para cada modalidade de instituição financeira” (FREITAS, 1999 p. 115). Até fevereiro de 1998, o Banco Central do Brasil já havia recebido cerca de R\$ 122 milhões para autorizar o ingresso de 24 instituições financeiras estrangeiras, sendo na aquisição ou na ampliação do controle acionário em instituições brasileiras. Segundo Freitas (1999), nesse âmbito, as aquisições que se destacam, no período de 1995-98, são: Milbanco pelo Socimer (aquisição de 50% do capital – 1996); Banco Fenícia pelo AIG Consumer Finance Group (aquisição de 51% do capital – 1997); Banco Brascan pelo Mellon Bank Corporation (aquisição de 80% - 1997); Banco Liberal S.A. pelo Nations Bank Corporation (aquisição do controle societário – 1997); Banco Omega pelo

Suiss Bank Corporation (1997); Banco Mappin pelo General Electric Capital Service (1998); Banco Excel-Econômico pelo Banco de Bilbao Viscaya (1998).

Algumas instituições estrangeiras já funcionavam aqui no mercado bancário brasileiro, porém, dadas as novas oportunidades de negócios que o país apresentava, quiseram ampliar sua participação no território nacional. No período de 1995-98, destacam-se as seguintes aquisições: Banco Multiplic e a financeira Losango pelo Lloyds Bank (1997); Banco Geral do Comércio pelo Banco Santander (aquisição de 51% do capital votante – 1997); Banco Boavista pelo Banco Inter-Atlântico (1997); Banco Noroeste pelo Banco Santander (1997); Banco América do Sul pelo Banco Sudameris Brasil (1998); Financiadora Mesbla pelo GE Capital Service (1998); Banco Real pelo ABN AMRO (1998) (FREITAS, 1999).

O cenário de altíssima volatilidade macroeconômica fez com que os grandes bancos privados nacionais continuassem a disputa com os bancos estrangeiros na aquisição de instituições menores (FREITAS, 2008) e fez com que alguns grandes bancos estrangeiros desenvolvessem sofisticados sistemas de avaliação dos riscos de crédito e de transação. Segundo Freitas (1999, p. 132), “as pressões competitivas e a preocupação com o lucro conduzem os bancos a emprestar excessivamente na fase de expansão da economia sem nenhuma preocupação com a assunção excessiva de riscos”, uma vez que o crédito não financia apenas as atividades econômicas produtivas, mas também as transações especulativas de todo tipo. Com essas modificações no cenário macroeconômico os bancos tendem a diminuir sua exposição ao risco e passam a racionar o crédito.

Para Vasconcelos e Fucidji (2003), um dos argumentos favoráveis à entrada de bancos estrangeiros no mercado bancário nacional foi de que essas instituições internacionais poderiam ser mais bem preparadas a realizar operações de crédito, em comparação com os bancos nacionais, pois teriam o acúmulo de experiência e técnicas nessa área.

Os bancos estrangeiros pressionariam o sistema bancário em direção a níveis mais elevados de eficiência microeconômica e isso teria como corolário uma maior eficiência macroeconômica medida em termos de ampliação das operações de crédito. Portanto, existia a expectativa de que a migração para o Brasil de instituições bancárias originárias de economias com alta proporção de crédito em relação ao PIB trouxesse junto esse mesmo nível de crédito. (VASCONCELOS e FUCIDJI, 2003, p. 3)

Apesar dessa tendência, não foi verificado esse crescimento do crédito com a entrada dos bancos estrangeiros. Segundo Soares (2001), uma importante constatação em seus estudos sobre a evolução do crédito no período 1994-99 foi a de que o crédito total antes da

implantação do Plano Real (1992-94) apresentou crescimento e, no período 1994-99, não se comportou mais dessa forma e manteve-se estável. O que na verdade ocorreu foi “o oposto do que se esperava. A estabilidade além de não alavancar o crédito ainda deteve o crescimento que até então ocorria”. Porém, em relação à participação dos bancos estrangeiros nas operações de crédito no período de 1995-2000, segundo constatou Freitas (2003), cresceu em 318% - passando de 6,1% para 25,5%. A participação dos bancos públicos nas operações de crédito no mesmo período teve significativa redução 36,4% - passando de 62,3% para 39,6% - e a participação dos bancos privados nacionais, incluindo os bancos com participação estrangeira, aumentou 10,8% - passando de 31,6% para 35%. Outro importante ponto para ressaltar é que, segundo os estudos de Vasconcelos e Fucidji (2003), a relação Crédito/PIB também diminuiu no período 1993 até 2000 (de 29% para 27%), apresentando uma média de 30%, que é muito baixa, principalmente quando comparada à de países como EUA (146%), Japão (143%) e países da União Européia (130%).

1.5 Basileia I: alterações e conseqüências

Com a finalidade de regulamentar e supervisionar o setor bancário, o BIS (*Bank for International Settlement*) criou em 1975 o Comitê da Basileia, cuja atuação está relacionada à harmonização dos princípios de supervisão bancária, para garantir a solvência das instituições e a solidez do sistema bancário. Em meio às crises financeiras e a sofisticação do setor bancário (com a globalização financeira se expandindo fortemente), em 1988 foi criado o primeiro Acordo da Basileia (Basileia I).

O objetivo do Acordo foi fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário, evitar o chamado “efeito dominó”, por meio da recomendação para os bancos constituírem um capital mínimo, de forma a minimizar os riscos de insolvência das instituições bancárias, e que fosse suficiente para fazer frente à boa parte das ocorrências com materialização de perdas. (CARVALHO E SANTOS, 2007, p. 1)

Com essa recomendação, os bancos com atuação internacional deveriam manter um capital mínimo de pelo menos 8% dos ativos ponderados pelo risco, com a finalidade de permitir a absorção de perdas não-esperadas. O acordo sofreu diversas revisões ao longo da

década de 1990 e do início dos anos 2000, antes de entrar em vigor o Novo Acordo de Capital da Basiléia (Basiléia II – 2004).

O objetivo do acordo era, na verdade, bastante modesto, se comparado com o papel que veio a assumir na década dos 1990. Seu móvel principal foi o nivelamento do campo de jogo, na expressão americana, para a concorrência entre grandes bancos. De fato, logo no início do documento é explicado que as recomendações ali feitas tinham como alvo apenas os bancos internacionalmente ativos (CARVALHO, 2005, p. 16)

O primeiro Acordo começa a demonstrar sua inadequação logo após estourar a crise asiática. A baixa ponderação de risco atribuída aos créditos interbancários internacionais teria estimulado a concessão excessiva de créditos de curto prazo aos países asiáticos e à Rússia. Dessa forma, são formuladas propostas para revisar o Acordo de Basiléia, com o objetivo de evitar a tomada de posições excessivamente arriscada pelos bancos internacionais.

Segundo Carvalho e Santos (2007), em 1993, foram emitidas propostas de construção de um modelo padrão para o risco de mercado e, assim, capturar os riscos inerentes às operações resultantes da crescente concorrência do setor; em 1995, foi emitida nova proposta para alocação de capital para o risco de mercado e foi criado o IMM (Método Interno de Mensuração), que permitiu a utilização de modelos internos; em 2001, foi lançada uma “proposição para o Novo Acordo de Capital da Basiléia, o qual, instituiu uma extensa agenda entre os supervisores para a transição entre os dois Acordos e a implementação de forma integral dos preceitos do Novo Acordo de capitais”, que será tratado no próximo capítulo.

Conclusão

A década de 1990 representou uma época de grandes mudanças no cenário bancário brasileiro. Com a abertura comercial/financeira, foi possível que diversas instituições financeiras sólidas, principalmente da Europa, viessem se instalar no mercado brasileiro em busca de novos mercados. O mercado bancário dos países desenvolvidos estava se consolidando desde os anos 80, devido, principalmente, à desregulamentação dos serviços financeiros e à abertura do setor à competição internacional. Assim, os bancos mais fortes desses países buscavam expandir os seus mercados de atuação e viram, principalmente na América Latina, uma excelente oportunidade.

Com as crises bancárias vividas no período, muitos bancos nacionais perderam sua solvência. Após a implantação do Plano Real, diversas instituições brasileiras não conseguiram se manter “saudáveis” e, devido a algumas ações do governo – como as privatizações, o Proer e Proes –, iniciou-se um forte processo de Fusões e Aquisições bancárias. A compra dos bancos mais fracos por bancos sólidos e fortes, tanto os nacionais, como os estrangeiros, deixou o mercado bancário brasileiro novamente forte e permitiu ao sistema bancário brasileiro acesso a novas tecnologias e conhecimentos, para a sua consolidação.

O Acordo de Basiléia I se mostrou ineficaz logo após sua implantação, com as crises financeiras e a sofisticação do setor bancário. Por esses motivos, o acordo sofreu diversas alterações durante a década de 90 e início dos anos 2000, para então ser criado um novo acordo, o Acordo de Basiléia II, que será estudado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

A CONFIGURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO A PARTIR DOS ANOS 2000

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a situação do mercado bancário nacional após a adequação das regras do Novo Acordo de Basileia, verificando o resultado da concorrência no setor, além de analisar o aumento crescente dos lucros e da eficiência que o sistema bancário brasileiro apresentou. Primeiramente, serão analisadas as alterações e conseqüências trazidas pela implantação do Novo Acordo de Basileia, com relação à concorrência no sistema bancário nacional; e, finalmente, será estudado o aumento da eficiência e da lucratividade do setor.

2.1 O Novo Acordo de Basileia (Basileia II)

Os fracassos do primeiro acordo fizeram com que fossem analisadas novas alternativas para a implantação de um novo acordo de Basileia, mais eficiente. Buscou-se minimizar os problemas decorrentes da padronização imposta por regras gerais. Desse modo, a saúde e a solidez do sistema financeiro internacional viriam da combinação dos pilares do novo acordo: requerimentos mínimos de capital, processo de revisão de supervisão e disciplina de mercado. Portanto, o novo acordo busca complementar o acordo anterior por meio de uma maior aproximação das regras às práticas de mercado. Diante disso, a regulamentação exercida pelas autoridades é substituída por um papel de supervisão, fundamental nesse novo ambiente em que está inserido o sistema financeiro. Além disso, a transparência de informações traria a disciplina de mercado, o que garantia a melhor alocação de recursos e o equilíbrio no mercado financeiro.

A partir de então, segundo Carvalho (2007), a estratégia do Novo Acordo não mais se resume à constituição de capital próprio do banco em proporção a seus ativos ponderados pelo risco de crédito. “Agora, a estratégia se apóia em três pilares: determinação de coeficientes de capital, intervenção do supervisor e disciplina de mercado”. A determinação dos coeficientes de capital considera três classes de risco: de crédito, de mercado e o risco operacional. Para Carvalho e Santos (2007), o segundo pilar do Novo Acordo trata da “adoção de práticas de

gerenciamento com ampla aceitação e utilização dos participantes do mercado” e o terceiro pilar trata da “divulgação de informações sobre os riscos e gestão por parte dos participantes do sistema bancário”. Além disso, a aplicação das regras de cálculo dos coeficientes foi estendida para todos os bancos, não apenas aos bancos com atuação internacional.

Em relação ao novo risco incluído, segundo Carvalho (2007), o risco operacional tem um conceito muito abrangente, tratando de praticamente tudo que afeta a operação normal de um banco e passou a ser considerado depois de casos como o do Banco Barings, em que, devido à falta de estruturas eficientes de controle interno, possibilitou um único funcionário operar de modo a destruir a instituição.

Para Carvalho (2005), o Novo Acordo, agora, tratava de regular e monitorar a operações bancárias muito mais complexas e diversificadas, com riscos igualmente muito mais complexos e diversificados. Por isso, segundo o autor, “Grandes incertezas, de variadas naturezas, ainda cercam o novo acordo, inclusive a respeito da capacidade dos supervisores financeiros de realmente avaliar estratégias de risco adotadas por instituições bancárias que podem ser extremamente complexas”.

Carvalho e Santos (2007, p. 9-10) apontaram alguns desafios para a implantação do Novo Acordo de Capital da Basileia, Basileia II. São eles:

- A Alta Administração deve participar ativamente desse processo, aprovar as políticas e limites na gestão de risco;
- As políticas, definições e metodologias devem estar documentadas de forma clara e precisa;
- O sistema de gestão de risco da instituição deve ser conceitualmente sólido e implementado na íntegra;
- A calibragem do modelo deve ser adequada à complexidade e as particularidades da instituição; e demonstradas para o supervisor;
- Os componentes relacionados aos modelos internos devem evidenciar que são efetivamente utilizados nos processos de gerenciamento de riscos – “*Use Tes*”;
- A existência de um ciclo regular de validação dos modelos, que inclua monitoramento de seu desempenho e sua estabilidade, também deve ser considerada;
- Os modelos devem ser validados de maneira independente e constante;

- A instituição deve possuir pessoal preparado para usar modelos sofisticados nas áreas de controles internos, risco e auditoria;
- Os sistemas devem ser protegidos contra uso ou alterações de pessoas não autorizadas;
- As instituições devem possuir instrumentos de análise de Stress e de Sensibilidade, sendo que a metodologia usada para identificar e construir os cenários deve ser compatível com o perfil de riscos da instituição e cobrir os fatores que podem causar perdas extraordinárias.

Carvalho (2007) conclui que a principal falha de Basiléia II pode vir das suas melhores intenções. Como os objetivos dos bancos e dos reguladores estão alinhados apenas parcialmente, sendo o dos bancos realizar os maiores retornos com os menores riscos, e o dos reguladores evitar crises sistêmicas, é possível que Basiléia II não traga resultados positivos para a segurança sistêmica do setor bancário, e resulte somente num encarecimento das operações financeiras.

Nestas circunstâncias, pode ser adequado nos perguntarmos: e então? O eventual fracasso de Basiléia II pode levar ao retorno às disposições mais simples de Basiléia I, com algumas adições do novo acordo, como, por exemplo, a adoção dos *ratings* de agências como base de avaliação de riscos. Numa virada mais radical, pode-se pensar num retorno mesmo à regulação de liquidez, em bases mais amplas e adaptadas às condições de um setor bancário menos regulado. (Idem, *ibidem*, p. 166)

As turbulências financeiras, vividas a partir da crise financeira de 2008, deixa clara a necessidade de uma maior supervisão e regulamentação bancária mundial, principalmente nos países onde não são comuns atuações nesse âmbito. Portanto, essa é a hora dos organismos internacionais responsáveis por essa atuação ampliarem suas forças para a implementação de novas formas de regulamentações, como por exemplo, o Novo Acordo da Basiléia, apesar de alguns autores não serem otimistas quanto a sua implantação. Segundo Carvalho (2007), é preciso antecipar desenvolvimentos para um possível fracasso da atuação do Novo Acordo, para que isso não conduza à paralisia dos reguladores e a um aumento dos riscos sistêmicos no setor bancário.

2.2 A concorrência no sistema bancário brasileiro

Segundo Freitas (2008), a adesão ao Acordo da Basileia foi uma das fundamentais medidas regulatórias responsável pela consolidação do setor bancário brasileiro após a implantação do Plano Real. Com a obrigação de adequar as instituições aos novos padrões estipulados pelo Acordo, diversos bancos passaram a buscar novas parcerias e, juntamente com a flexibilização da entrada de instituições estrangeiras, a solução encontrada por bancos de pequeno e médio porte brasileiros foi passar o seu controle a acionário a bancos estrangeiros, que viam o mercado nacional como um potencial muito grande para crescimento. Dessa forma, conforme visto no capítulo anterior, teve início uma forte onda de fusões e aquisições bancárias no Brasil e que acompanhou uma forte reestruturação no sistema bancário brasileiro. Essas alterações regulatórias condicionam também as formas de concorrência no sistema bancário brasileiro.

O direito normativo que vigora na tradição jurídica brasileira delimita e condiciona o espaço concorrencial dos bancos na medida em que essas instituições só podem oferecer aos seus clientes novos instrumentos e modalidades que estejam contempladas na legislação em vigor. Ou seja, a regulamentação limita a capacidade de inovação das instituições bancárias, levando-as a buscar diferenciação vis-à-vis os rivais e obtenção de vantagens competitivas mediante outras estratégias, como aquisição para ganho de escala e conquista de nichos de mercado, a construção de uma imagem de experiência, de tradição e de solidez; a utilização agressiva de técnicas de marketing, a incorporação de inovações tecnológicas. (Idem, ibidem, p. 5-6)

Segundo a própria autora, a busca intensiva de incorporação de tecnologia por parte das instituições financeiras atuantes no Brasil foi a principal arma de concorrência de diferenciação e obtenção de vantagens competitivas. O aumento dos investimentos em tecnologia foi fundamental para a ampliação do auto-atendimento, que passaram de meras caixas eletrônicas para complexas agências virtuais, onde os clientes realizam inúmeras operações. Além disso, a obtenção de novas tecnologias permitiu avanços nos controles internos, no gerenciamento de riscos e oferta de novos produtos/serviços. Com isso, o sistema bancário apresentou diversas alterações regulatórias que representaram uma significativa ampliação nas modalidades praticadas pelos bancos.

Em 1996, pela resolução 2.302, foi possível a cobrança por parte dos bancos de tarifas pela prestação de ampla e diversificada gama de serviços. Em 1999, pela resolução 2.640, foi permitida a operação de bancos em pontos de atendimentos instalados em estabelecimentos comerciais, em cidades que não possuam agências/postos bancários. Em 2002, a introdução

da Transferência Eletrônica Disponível (TED) permitiu a compensação de valores acima de R\$5.000,00 em tempo real, ampliando as receitas bancárias e reduzindo custos com compensação de cheques. Em 2003, pela Lei 10.820, foi permitido aos bancos realizarem operações de créditos consignados, ou seja, descontados diretamente na folha de pagamento de trabalhadores ativos e inativos.

Essa necessidade de ampliação dos investimentos em tecnologia, segundo Rocha (2001), tende a reduzir o número de instituições no mercado bancário brasileiro, pois a tecnologia pode funcionar como barreira a entrada de novos bancos e, com altos custos, estimular a saída de firmas marginais. Porém, a maior abrangência do mercado bancário, com novos produtos, e a maior disponibilidade de informação também pode estimular a concorrência e a criação de novas firmas especializadas.

Nesse cenário, Freitas (2008), em estudo sobre as alterações no perfil do sistema bancário brasileiro, demonstra como evoluiu a concentração do sistema bancário durante o período 1995-2006 (Tabela 1), em que o total dos ativos dos vinte maiores bancos em 2006 representava 91,6%, contra 83,0% em 1995, e os cinco maiores representavam 60,4% dos ativos totais em 2006, contra 56,3 em 1995.

Tabela 1 - Evolução da Concentração do Sistema Bancário Brasileiro

	1995				2000				2006			
	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores
Ativo Total menos intermediação	57,0%	71,2%	83,3%	95,8%	57,8%	73,6%	89,1%	97,3%	60,8%	82,3%	92,4%	98,5%
Ativo Total Depósito Total	56,3%	70,6%	83,0%	95,9%	56,6%	72,6%	88,3%	97,3%	60,4%	82,2%	91,6%	98,4%
Patr. Líquido	44,3%	65,3%	71,4%	91,3%	66,5%	78,7%	91,8%	97,5%	66,2%	85,2%	94,2%	98,7%

Fonte: FREITAS (2008, p. 9) - a partir de dados do Banco Central do Brasil.

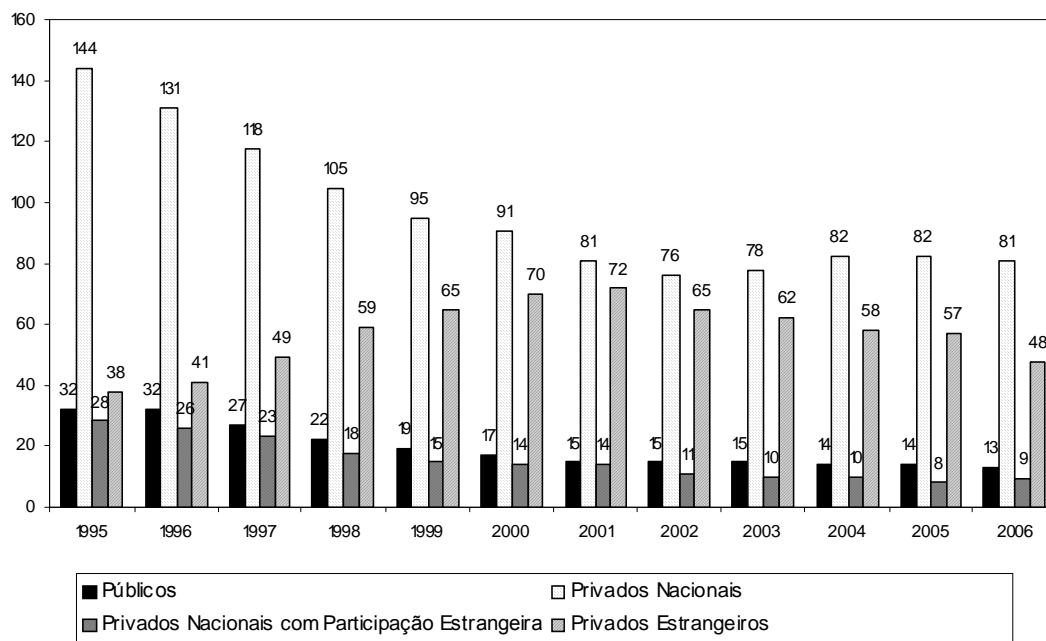
Em relação à quantidade de instituições bancárias atuantes no mercado brasileiro, o número também reduziu significativamente no período de 1994-2000, segundo Rocha (2001). Em 1994 o número de instituições era de 247 e em 2000 o número passou para 189 – redução de 30%. A mesma análise feita para os grupos bancários demonstrou que a quantidade de grupos bancários apresentou uma queda de 243, em 1994, para 152 em 2000 – redução de 37%.

Tabela 2 - Evolução dos bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas no Brasil no período 1993-2002

Tipo	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Bancos Múltiplos	206	210	205	191	179	173	168	163	153	140
Bancos Comerciais	35	34	35	38	36	28	25	28	28	24
Caixas Econômicas	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Total	243	246	242	231	217	203	194	192	182	165

Fonte: Banco Central do Brasil.

A evolução do número de bancos por natureza de capital do período de 1995-2006 (Gráfico 1) foi analisada por Freitas (2008). Em seus estudos, a autora revelou uma redução do número de instituições privadas com capital nacional de 144 em 1995, para 81 em 2006. Em relação à atuação de bancos com controle estrangeiro, houve um crescimento de 38 para 57 no período. Além disso, o processo de privatização fez com que o número de bancos públicos caísse de 32 para 13 no mesmo período.

Gráfico 1 - Evolução do número de bancos por natureza de capital

Fonte: FREITAS (2008, p. 10) - a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Para Freitas (2008), apesar da significativa redução do número de instituições públicas no sistema bancário brasileiro após a abertura financeira da década de 1990 e o processo de privatizações, os bancos públicos em 2006 ainda eram responsáveis por 37,2% dos ativos

totais do sistema bancário e ainda representavam 39,9% das operações de créditos totais no mercado brasileiro. É certo que essa participação foi reduzida quase que pela metade, se comparada ao ano de 1995, em que os bancos públicos representavam 52,3% dos ativos totais e realizavam 62,3% das operações de crédito no mercado brasileiro.

Em Dezembro 2000, os ativos totais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal representavam quase 30% dos ativos totais do sistema bancário brasileiro, segundo relatório dos 20 maiores bancos em desempenho dos ativos totais (Tabela 3) e essas duas instituições eram, respectivamente, as duas primeiras do ranking. Esse mesmo estudo dos 20 maiores bancos por ativo total, porém agora realizado com data base de Junho de 2009, apontou algumas alterações. A aquisição da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil devolveu o primeiro lugar no ranking ao BB, posição que havia perdido depois da fusão Itaú/Unibanco. A Caixa Econômica Federal saiu da segunda para a quinta posição, no período, sendo ultrapassada pelos bancos Itaú, Bradesco e Santander, respectivamente. Outro ponto que deve ser destacado é o significativo aumento do ativo total dos bancos no período estudado. Em dezembro de 2000 o total de ativos bancários era de 962,677 bilhões de reais, enquanto que em junho de 2009 esse número passou para 3,353 trilhões de reais.

Tabela 3 - Instituições Classificadas pelo Ativo Total – em milhões R\$

Ranking Jun 09	Ranking Dez 00	Instituições	Ativo Total Jun 09	Ativo Total Dez 00
1	1(*)	BB	583.326	138.363
2	4(**)	ITAU	576.565	65.439
3	3	BRADESCO	425.956	83.449
4	8(***)	SANTANDER	332.617	25.179
5	2	CEF	323.657	126.080
6	-----	BNDES (****)	303.876	101.140
7	10	HSBC	106.145	21.557
8	20	VOTORANTIM	90.204	7.642
9	9	SAFRA	66.498	25.098
10	13	CITIBANK	41.918	17.140
11	19	BANRISUL	27.917	7.670
12	59	BNP PARIBAS	22.709	681
13	-----	CREDIT SUISSE	19.011	-----
14	17	BNB	16.003	8.807
15	-----	JP MORGAN CHASE	15.436	-----
16	23	ALFA	14.129	3.787
17	-----	VOLKSWAGEN (****)	14.043	2.662
18	36	DEUTSCHE	12.390	1.902
19	-----	UBS PACTUAL	12.339	-----
20	30	BBM	10.972	2.594

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração do autor.

(*) Aquisição da Nossa Caixa (11).

(**) Aquisição do Unibanco (5).

(***) Aquisição do ABN Amro Real (7).

(****) O BNDES e o Volkswagen faziam parte do Consolidado Bancário II.

Freitas (2008) finaliza o seu estudo concluindo que as principais armas do processo concorrencial foram: aquisição de concorrentes, com carteiras ativas e redes de agência

complementar; absorção de tecnologia que aperfeiçoa os controles, simplifica os processos e amplia a oferta de serviços com custos menores; marketing para consolidar a imagem e a marca; estratégias comerciais mais agressivas, ampliando as atividades, base de clientes e venda de produtos e serviços. Porém, essa análise não se coube a todas as instituições, algumas delas não obtiveram sucesso nas estratégias.

Nem todos os bancos foram, obviamente, bem-sucedidos em suas estratégias concorrenciais. Vários faliram e/ou foram absorvidas pelos rivais, o que, resultou em maior concentração do sistema, a qual, todavia, não implicou menor concorrência. Ao contrário, essa é bastante acirrada, a despeito de não assumir a forma de concorrência via preço, a qual só prevalece na ausência de vantagens competitivas. A forte concorrência em um cenário de juros em declínio deverá resultar em nova onda de aquisições nos próximos anos. (Idem, *ibidem*, p. 18)

Apesar de alguns bancos terem tido fracasso em seus posicionamentos concorrenciais, o sistema bancário brasileiro, no geral, obteve um fortalecimento muito grande no período após a implantação do Plano Real. Segundo Freitas (2008, p. 19), “a disputa por mercado levou os bancos, privados e públicos, a buscar redução dos custos e riscos e aumento da eficiência operacional, com obtenção de lucros elevados”, fato que será estudado no próximo tópico do capítulo.

2.3 O aumento da eficiência e lucratividade do setor bancário

Ao contrário do que afirmam diversos autores, a concentração bancária ocorrida no Brasil, após a abertura financeira/comercial da década de 1990 e a onda de Fusões e Aquisições bancárias, resultou num aumento da eficiência do setor bancário brasileiro. Em estudo sobre a eficiência do setor bancário no Brasil dos principais bancos que participaram dos processos de Fusões e Aquisições, Faria; Marinho e Paula (2006) chegaram aos seguintes resultados, utilizando a técnica Análise Envoltória de Dados (DEA): em relação à eficiência de intermediação, todos os bancos que participaram do estudo apresentaram uma melhora, sendo que o aumento mais significativo ficou por conta dos bancos privados nacionais. Já em relação à eficiência de resultados, somente os bancos Bradesco e Itaú apresentaram aumento significativo.

Os autores levantam hipóteses que explicam os resultados alcançados. Uma delas é decorrente do aprimoramento no gerenciamento operacional dos bancos, com uso de tecnologias de informações e corte em custos administrativos. Outro ponto destacado é o aumento potencial de vendas cruzadas de um banco produzindo diferentes produtos/serviços, com o crescimento do tamanho dos bancos, resultado das Fusões e Aquisições. Dessa forma, esses bancos poderiam gerar economias de escopo, ou seja, reduzir seus custos médios por oferecer vários produtos a um custo mais baixo do que se oferecessem cada um dos produtos separadamente, ou gerar economia de rendas (melhor retorno por segmento de clientes, caso os consumidores achem mais vantajoso comprar diferentes produtos do mesmo provedor.

Em se tratando da análise da eficiência de escala, os autores observam que os bancos com perfil mais atacadista - com estruturas operacionais mais leves e por possuírem uma clientela mais seletiva - encontram-se em patamares mais elevados. No modelo de intermediação, observa-se que conforme os bancos varejistas de porte médio crescem de tamanho, há um declínio em suas eficiências de escala. No modelo de resultados, não há diferença significativa entre os níveis de eficiência dos bancos varejistas e os atacadistas.

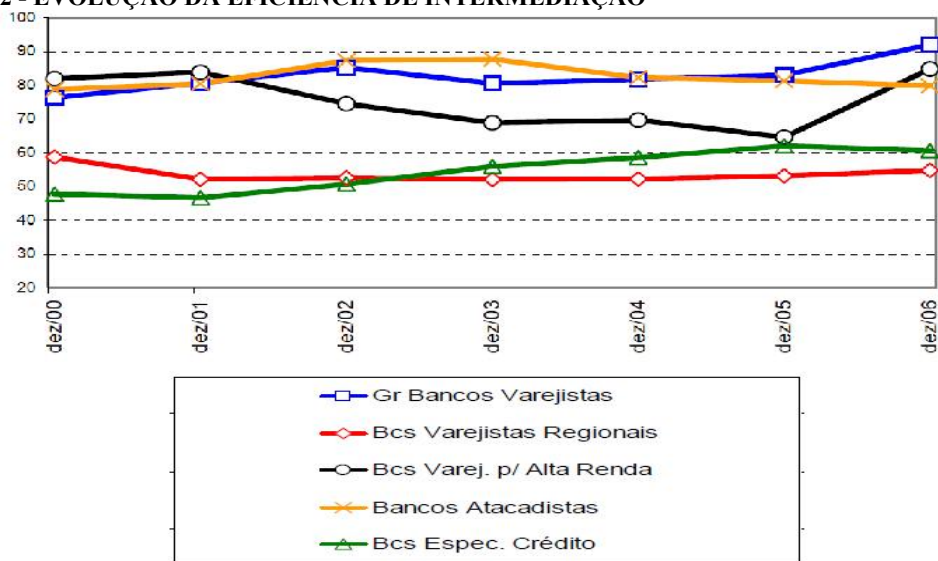
Os resultados obtidos na pesquisa empírica mostram, em primeiro lugar, que a evolução da eficiência técnica no modelo de intermediação e de resultados foi relativamente estável, não tendo havido melhorias acentuadas na eficiência do setor bancário no período, mas tampouco houve perdas. Observa-se em particular uma melhor eficiência técnica nos anos recentes, coincidindo com o boom do crédito. Em segundo lugar, dentre os segmentos analisados, o que teve a melhor eficiência foi o dos grandes bancos varejistas, com destaque para o Itaú e o Bradesco, e o pior desempenho foi o dos varejistas regionais (e também do HSBC, um banco universal varejista de porte médio), o que parece evidenciar que o tamanho é variável importante para a eficiência de varejistas. (PAULA, 2008, p. 23)

Nos gráficos a seguir Paula e Faria Junior (2007) mostram a evolução da eficiência nos dois modelos - de intermediação (Gráfico 2) e de resultados (Gráfico 3) -, a partir da divisão do setor bancário em cinco segmentos: grandes bancos varejistas (mais de 900 agências e produtos e clientes diversificados), bancos varejistas para alta renda (60 a 120 agências e voltados para clientes de média/alta renda), bancos varejistas regionais (quase todo constituído de bancos estaduais e federais regionais), bancos atacadistas (pequeno número de agências e voltados para o *corporate banking* e gestão de recursos) e bancos especializados em crédito.

No modelo de intermediação, verifica-se uma maior eficiência nos segmentos dos grandes bancos varejistas e dos bancos atacadistas, ficando bem abaixo os segmentos dos

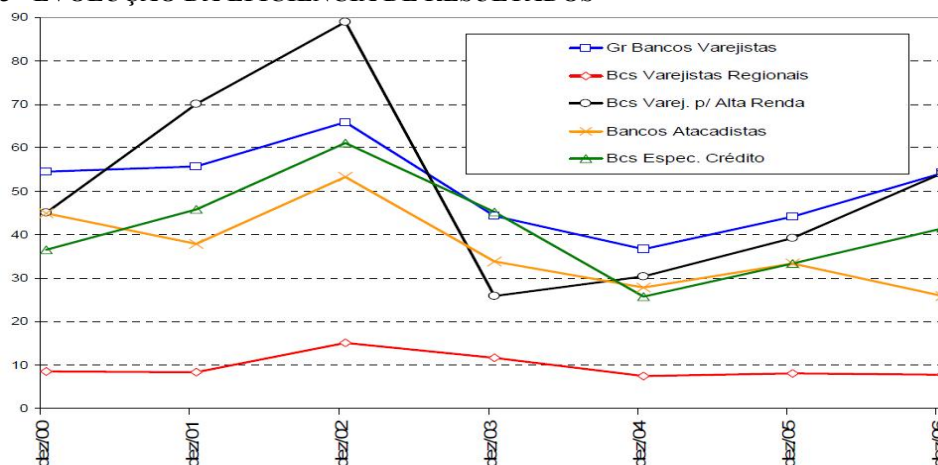
bancos especializados no crédito e bancos varejistas regionais. Já no modelo de resultados, excluindo o ano de 2002, os diferentes segmentos - com exceção do segmento dos bancos varejistas regionais - tiveram um comportamento mais ou menos semelhante, com destaque para os grandes bancos varejistas e dos varejistas voltados para alta renda.

Gráfico 2 - EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA DE INTERMEDIÇÃO



Fonte: PAULA e FARIA JUNIOR (2007).

Gráfico 3 - EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA DE RESULTADOS



Fonte: PAULA e FARIA JUNIOR (2007).

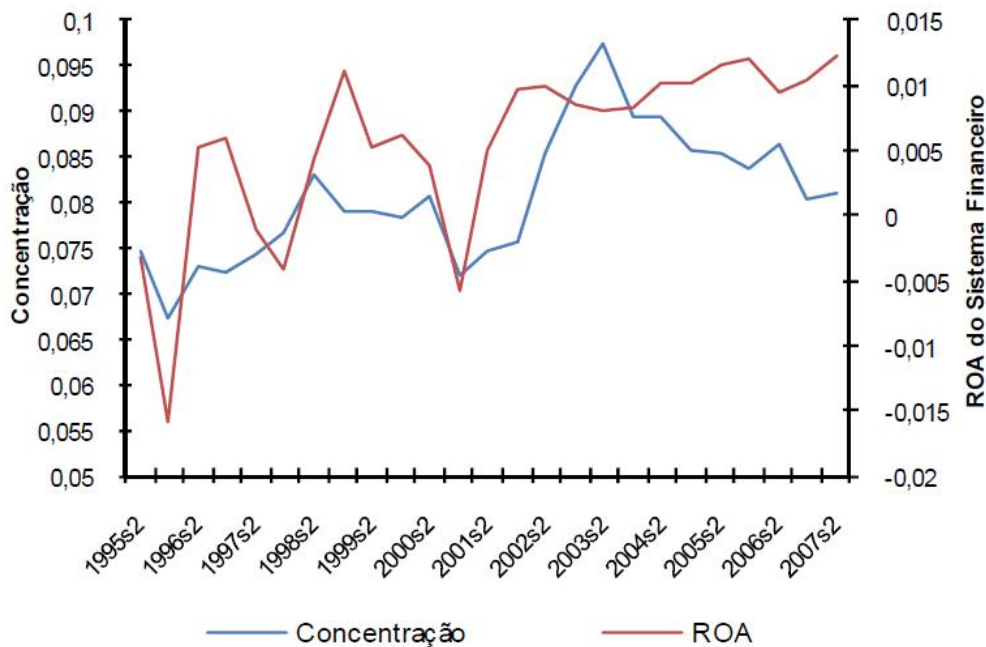
Segundo Paula (1999, p. 28), “a lucratividade do banco é determinada fundamentalmente pelos ganhos líquidos de seus ativos”. Com isso, os bancos buscam

aumentar seus *spreads*, ou seja, aumentar a diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos aplicando em taxas mais elevadas do que às pagas no seu passivo.

Como já foi destacado, a busca por maiores lucros induz os bancos a adotar uma postura especulativa ou mesmo Ponzi: o banqueiro procurará obter maior rendimento aceitando ativos de mais longo termo e/ou de mais alto risco e, ao mesmo tempo, diminuir a taxa paga nas suas obrigações, oferecendo maiores promessas de segurança e garantias especiais aos depositantes e encurtando o termo das obrigações (prêmio de liquidez). Assim, quanto mais otimista for um banco quanto ao futuro e mais agressiva for a estratégia por ele adotada, maior deverá ser a participação de obrigações de menor termo no total do passivo, ao mesmo tempo que deverá crescer na composição da estrutura ativa a participação de ativos de mais longo termo e de empréstimos baseados no valor dos colaterais. (Idem, ibidem, p. 29)

Martins e Alencar (2009), em estudo sobre concentração, lucratividade bancária, e risco sistêmico, apresentaram a evolução da lucratividade e do índice de concentração do sistema bancário como um todo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução da lucratividade e da concentração no SFN



Fonte: MARTINS e ALENCAR (2009).

É possível observar que nos períodos iniciais o sistema financeiro apresentava lucratividade negativa, conseqüente da perda dos ganhos de *floating* após a adoção do Plano

Real. Nos anos posteriores à implementação do Plano Real, vários bancos foram à falência ou sofreram algum tipo de re-estruturação, como fusões, incorporações, mudança de objeto social (conforme visto no capítulo anterior), o que explica parcialmente o crescimento da concentração bancária nesses anos iniciais. Verifica-se que, após o período de reestruturação, os retornos sobre ativos passaram a ser positivos, com alguns momentos pontuais de prejuízo.

Conclusão

O Novo Acordo da Basiléia (II) vem sendo implantado para melhorar o antigo Acordo, criado em 1975. Ainda não se sabe qual serão as conseqüências que esse novo acordo trará para os mercados bancários mundiais. Porém, é sabido que, depois da recente crise financeira mundial, é necessário haver uma maior regulamentação do sistema financeiro global. Ficou claro que existe uma necessidade muito grande de desenvolver processos para um possível fracasso desse Novo Acordo, pois, caso contrário, poderia acarretar numa paralisia dos reguladores e a um aumento dos riscos sistêmicos no setor bancário.

No Brasil, a implantação dos Acordos da Basiléia contribuiu para forte consolidação do sistema bancário. As instituições financeiras ampliaram o seu ramo de negócios e a busca por novas tecnologias deixou a concorrência do setor bancário muito competitiva. Com a entrada dos bancos estrangeiros e a onda de fusões e aquisições, o número de instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro reduziu fortemente no período após a implantação do Plano Real.

Esses fatores levaram alguns bancos de forte atuação no mercado nacional a um aumento nas eficiências de intermediação e de resultados, resultando numa forte crescente dos *spreads* praticados e da lucratividade do setor.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL NOS ANOS 2000

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a situação do crédito no cenário nacional, a partir dos anos 2000, apresentando o *spread* bancário e a evolução do crédito no período e analisar a atuação do governo brasileiro frente á crise financeira. Primeiramente, será estudado o comportamento do *spread* bancário, apresentando a sua definição e algumas especificidades metodológicas; será também apresentada a evolução do crédito nos anos 2000 dos principais bancos atuantes no mercado brasileiro; e por fim, será analisada a atuação do governo brasileiro na crise financeira, mostrando a importância que o crédito possuiu para deixar o Brasil mais distante das conseqüências desta.

3.1 O comportamento do *spread* bancário

De um modo geral, o *spread* bancário é uma medida que mede a diferença dos valores cobrados pelos bancos sobre os empréstimos tomados e os valores que o banco oferece como retorno para seus depositantes. Ou seja, com seu papel de intermediador financeiro, o banco repassa o dinheiro aplicado de seus clientes como forma de empréstimos para outros clientes. A diferença da taxa paga pelo banco para o cliente que aplicou o dinheiro e a taxa que o banco cobra pelo empréstimo representa o valor do *spread*. Segundo Leal (2007), a utilização dessa definição mais geral possibilita uma ampla análise de sua representatividade e suas diferentes medidas na literatura empírica.

Para Afonso, Köhler e Freitas (2009, p. 2), apesar de ser apenas um dos componentes do custo total de um empréstimo, o *spread* bancário é visto como uma das mais importantes barreiras à expansão do crédito e ao aprofundamento do sistema financeiro, além de um fator limitador do desenvolvimento do país.

Existem três categorias principais a partir das quais a mensuração do *spread* pode ser classificada: abrangência da amostra, de acordo com os bancos e operações de crédito; conteúdo, se contém ou não as receitas de serviços; e origem da informação, se *ex-ante* ou *ex-post* (LEAL, 2007). Segundo Reis, Paula, e Leal (2009), essa última característica é a que

possui maior destaque, sendo que quando a origem da informação é *ex-ante* significa o cálculo do *spread* se dá através do preço (taxa) estabelecido pelos bancos e quando a origem da informação é *ex-post*, o cálculo ocorre de acordo com o resultado contábil apresentado efetivamente pelos bancos.

O *spread* bancário *ex-ante* é mensurado a partir das decisões de precificação dos bancos em relação às taxas de captação e de empréstimos, anteriores à realização de seu resultado. Esta medida reflete as diversas expectativas dos bancos em relação à demanda, inadimplência, concorrência, entre outras. O *spread ex-ante* é normalmente calculado como a diferença entre a taxa de juros de empréstimo e a taxa de juros de captação do banco, a partir de informações sobre as operações bancárias. (LEAL, 2007, p. 226)

Em seus estudos, Reis, Paula e Leal (2009) apresentam a evolução da decomposição do *spread* bancário *ex-ante*, em taxas nominais, de 2001 até 2008 (fonte: BCB). Os componentes do *spread* são: custo administrativo; inadimplência; custo do compulsório e do crédito direcionado; impostos indiretos e FGC; impostos diretos; e margem líquida, erros e omissões. Eles destacam que em 2008, ano da crise financeira, a taxa nominal do *spread ex-ante* sofreu um enorme aumento: de 28,4 em 2007 para 40,0 em 2008. Outro aspecto que merece um destaque, ainda no mesmo estudo, é o aumento da inadimplência entre 2007 e 2008. Enquanto em 2007 a taxa de inadimplência era de 9,3, em 2008 passou para 13,4.

O *spread* bancário *ex-post* é a mensuração do resultado da intermediação financeira realizado pelos bancos, de acordo com as receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e com o custo efetivo de captação dos recursos, sendo que ambos estão possivelmente relacionados às taxas estabelecidas *ex-ante*. É normalmente calculado a partir dos dados contábeis disponíveis por instituição financeira. (LEAL, 2007, p. 227)

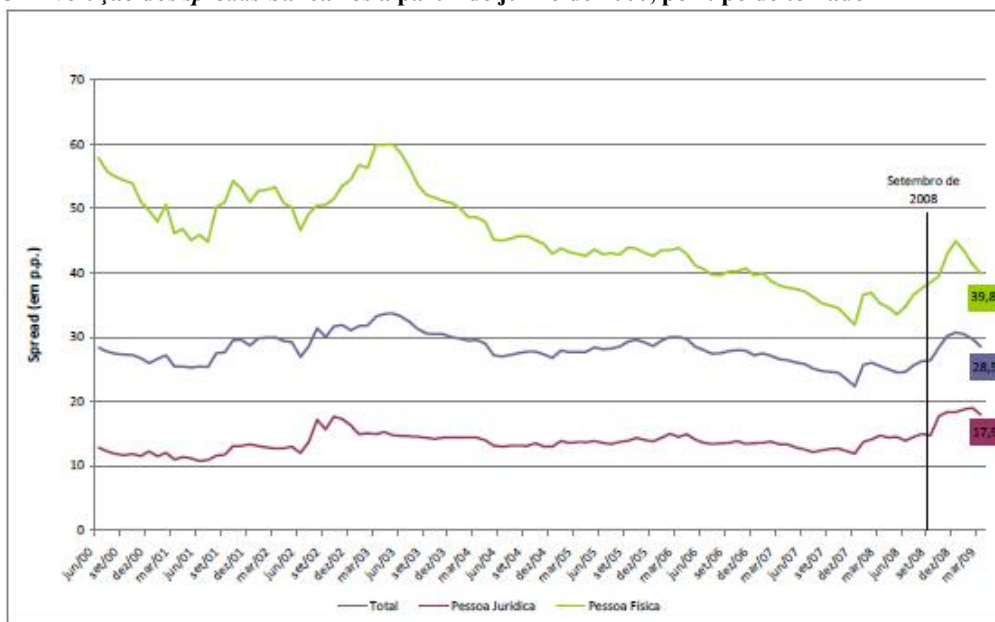
Em relação ao *spread ex-post*, Reis, Paula e Leal (2009) fizeram um estudo da decomposição do *spread* de 2000 a 2008 para bancos em três segmentos: grandes bancos varejistas; bancos varejistas públicos; e bancos especializados em crédito (fonte: BCB). Eles destacam a tendência de crescimento do *spread* de 2000 a 2005 (de 7,54% para 11,63%), seguida de uma redução até 2008 (6,79%). Dentre os seus componentes, o que merece maior destaque é o resíduo líquido que sofreu um crescimento enorme, de -6,57% em 2000 para 30,53% em 2008. Esse crescimento foi resultado de uma redução das despesas estruturais e dos impostos, além de um aumento na participação da taxa de serviços.

O Banco Central do Brasil em 2008 apresentou uma nova metodologia para decomposição do *spread* bancário das operações de crédito com taxas prefixadas, visando o aperfeiçoamento da mensuração das suas parcelas componentes.

Com a nova metodologia, a taxa de captação usada como referência para o cálculo do *spread* deixa de ser a taxa média de captação das operações de Swap Pré x DI para todo o sistema bancário (custo de oportunidade) e passa a ser as taxas efetivas de captação de depósito a vista e de poupança, bem como de depósitos a prazo (neste caso, dadas pelas taxas dos CDBs para cada banco). É importante destacar que, no cômputo do impacto dos recolhimentos compulsórios, optou-se pela utilização dos custos efetivos de captação dos depósitos bancários que originam os recolhimentos compulsórios (depósitos a prazo, a vista e/ou de poupança) ao invés do custo de oportunidade, como feito na metodologia antiga. A nova metodologia também incorpora alterações no cálculo do impacto do FGC e realiza a separação dos tributos segundo as respectivas bases de cálculo (BCB, 2008, p. 24)

No Brasil, diversos autores afirmam que o *spread* bancário é muito alto e que seria esperada uma redução após as políticas de estabilização da moeda, porém que não foi efetivada. O gráfico 5 detalha a evolução do *spread* bancário a partir dos anos 2000, por tipo de tomador.

Gráfico 5 - Evolução dos *spreads* bancários a partir de junho de 2000, por tipo de tomador



Fonte: AFONSO, KÖHLER e FREITAS (2009, p. 6) – a partir do Banco Central do Brasil.

O segmento do *spread* apresentado no gráfico 5 é o livre referenciado. Nessa modalidade, o custo financeiro é livremente pactuado entre bancos e tomadores. Em relação à evolução do *spread*, os autores destacam uma significativa queda (de quase 30 pontos percentuais) entre o início de 2003 e o final de 2007, nas operações com pessoas físicas. Já o *spread* das operações com pessoas jurídicas, no mesmo período, se manteve praticamente estável.

É interessante observar que esse mesmo período foi caracterizado por uma série de mudanças no cenário macroeconômico que, de acordo com a literatura, contribuiriam para a queda no *spread*: a economia entrou em trajetória de crescimento, a taxa SELIC caiu e houve melhora das contas públicas. Houve também uma série de avanços institucionais, no sentido de dar maior garantia aos credores. Por exemplo, a aprovação do novo regime falimentar (Lei nº 11.101, de 2005); a ampliação da alienação fiduciária; a possibilidade de penhora eletrônica (BacenJud); a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, a introdução do patrimônio de afetação e a melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário. (AFONSO, KÖHLER e FREITAS, 2009, p. 7)

Em suas considerações finais, Afonso, Köhler e Freitas (2009, p. 46), concluem que: pessoas físicas pagam *spreads* mais altos do que pessoas jurídicas; em momentos de instabilidade macroeconômica, o *spread* tende a aumentar; houve uma significativa queda do *spread* desde 1994, mas ainda possui um valor elevado para os padrões internacionais; em 2008, o *spread* sofreu um aumento devido ao aquecimento da economia e, conseqüentemente, um aumento na demanda por crédito nos primeiros 3 trimestres e, no último trimestre, devido a explosão da crise financeira, com a redução na oferta de crédito.

3.2 A evolução do crédito no período

Segundo o último boletim do Banco Central do Brasil (2009, p. 50), as operações de crédito no Brasil em 2009 restabeleceram, de forma gradual, a trajetória de expansão observada antes da explosão da crise financeira internacional vivida no segundo semestre de 2008. A Tabela 4 mostra a evolução do crédito no período de 2007-2009 e a relação Crédito/PIB.

Tabela 4 - Evolução do crédito de 2007-2009

Discriminação	2007	2008	2009	R\$ bilhões	
				Variação %	
				2008	2009
Total	936,0	1 227,3	1 414,4	31,1	15,2
Recursos livres	660,8	871,2	954,6	31,8	9,6
Direcionados	275,2	356,1	459,8	29,4	29,1
Participação %:					
Total/PIB	35,2	40,8	45,0		
Rec. livres/PIB	24,8	29,0	30,4		
Rec. direc./PIB	10,3	11,9	14,6		

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009)

É possível verificar que houve um crescimento das operações de crédito em 2009 de 15,2%, em relação a 2008 (passou de 1.227,3 para 1.414,4 bilhões de reais). Outro ponto que merece destaque é a evolução da participação percentual do crédito em relação ao PIB. No ano de 2007, essa participação era de 35,2% do PIB, passando para 40,8%, em 2008 e em 2009, subiu para 45,0%.

O Boletim do Banco Central do Brasil (2009) aponta que essa trajetória expansionista do crédito bancário foi sustentada pela evolução das carteiras com recursos direcionados, em que o maior destaque deve ser dado para a atuação das instituições financeiras públicas, que aumentaram sua participação no total da carteira do sistema financeiro nacional de 36,3%, em 2008, para 41,5% em 2009. Já as participações das carteiras das instituições privadas nacionais e bancos estrangeiros apresentaram uma queda. Enquanto a participação das instituições privadas nacionais passou de 42,8%, em 2008, para 40,3% em 2009; os bancos estrangeiros tiveram uma redução de 21,0%, em 2008, para 18,2% em 2009.

A Tabela 5 mostra a discriminação da evolução do crédito com recursos livres no período 2007-2009.

Tabela 5 - Crédito com recursos livres

Discriminação	R\$ bilhões				
	2007	2008	2009	Variação %	
	Dez	Dez	Dez	2008	2009
Total	660,8	871,2	954,6	31,8	9,6
Pessoa jurídica	343,2	476,9	484,7	38,9	1,6
Referencial ^{1/}	283,5	391,5	397,8	38,1	1,6
Recursos domésticos	214,9	300,7	342,9	39,9	14,0
Recursos externos	68,6	90,8	54,9	32,5	-39,5
Leasing ^{2/}	34,8	55,3	48,2	58,8	-12,9
Rural ^{2/}	2,0	3,8	4,0	89,8	7,7
Outros ^{2/}	23,0	26,3	34,7	14,6	31,7
Pessoa física	317,6	394,3	469,9	24,2	19,2
Referencial ^{1/}	240,2	272,5	319,4	13,4	17,2
Cooperativas	12,5	16,9	21,1	35,8	24,5
Leasing	30,1	56,7	64,1	88,2	13,1
Outros	34,7	48,1	65,3	38,7	35,6

^{1/} Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999.

^{2/} Operações lastreadas em recursos domésticos.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009)

O volume de crédito com recursos livres destinados às pessoas jurídicas cresceu 1,6% em 2009, em relação a 2008, com grande destaque para a queda da participação dos recursos externos – de 39,5% no ano de 2009. Dessa forma, a participação das operações de crédito para as pessoas jurídicas com recursos domésticos passou a representar 88,65% do total do crédito para pessoas jurídicas. Já em relação às operações de crédito destinadas às pessoas físicas, o crescimento do ano de 2009 em comparação a 2008 foi de 19,2%.

A discriminação dos financiamentos com recursos direcionados no mesmo período é demonstrada na Tabela 6.

Tabela 6 - Crédito com recursos direcionados

Discriminação	2007	2008	2009	R\$ bilhões
				Variação % 2009/2008
Total	275,2	356,1	459,8	29,1
BNDES	160,0	209,3	283,0	35,3
Direto	77,8	107,8	158,1	46,7
Repasses	82,2	101,5	124,9	23,1
Rural	64,3	78,3	78,8	0,6
Bancos e agências	60,7	73,3	74,6	1,8
Cooperativas	3,6	5,0	4,2	-17,1
Habitação	43,6	59,7	87,4	46,3
Outros	7,3	8,8	10,7	20,7

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009)

O volume total dos financiamentos com recursos direcionados cresceu 29,1% em 2009, comparado a 2008. O maior destaque fica por conta do aumento de 35,3%, no mesmo período, das operações realizadas pelo BNDES, aumentando a sua participação para 61,6% do total de crédito com recursos direcionados. Outro aspecto que merece destaque é o aumento de 46,3% (de 2008 para 2009) dos financiamentos voltados para a habitação, passando a representar 19,0% do total de crédito com recursos direcionados.

A Tabela 7 apresenta a evolução das operações de crédito das 4 principais instituições financeiras atuantes no Brasil, no período de 2000-2009.

Tabela 7 - Evolução do crédito das 4 principais instituições do Brasil

Operações de Crédito	R\$ milhões									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bradesco*	38.872	44.444	50.801	54.336	62.788	81.130	116.225	137.112	179.955	190.989
Banco do Brasil*	35.917	40.225	51.470	65.591	74.823	85.942	120.975	149.366	273.203	320.696
Santander*	9.471	13.507	15.090	16.602	21.593	28.982	37.509	43.725	139.039	138.394
Itaú/Unibanco**	48.868	59.640	71.971	76.000	89.600	114.900	148.400	202.900	271.900	278.400

* inclui arrendamento mercantil

** inclui avais e finanças

Elaboração do autor – a partir de dados das próprias instituições

Enquanto as instituições privadas nacionais, Bradesco e Itaú/Unibanco, mantiveram, respectivamente, um crescimento nas operações de crédito de 6,13% e 2,39% no ano de 2009, comparado ao ano de 2008, a instituição estrangeira, o Santander, apresentou uma redução nas operações de crédito no período, consequência da crise financeira internacional. Porém, o ponto mais importante a se destacar é a atuação da instituição financeira pública, o Banco do Brasil, que teve um aumento nas suas operações de crédito nesse mesmo período de 17,38%.

Isso mostra a significativa participação do governo brasileiro na contenção dos avanços da crise financeira internacional no país, aspecto que será analisado no próximo tópico.

Em relação à concentração regional do crédito entre os estados brasileiros, Paula e Freitas (2010) analisaram o comportamento dessa concentração no período de 1994-2006, conforme Tabela 8.

Tabela 8 - Participação do estado no crédito total concedido, Brasil: 1994-2006

Estado/ Região	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DF	10,4%	5,7%	2,7%	4,9%	7,6%	9,8%	8,9%	7,7%	5,0%	5,3%	4,6%	4,9%	4,7%
GO	1,2%	2,2%	1,8%	4,2%	1,7%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,6%	1,8%	1,9%	1,9%
MS	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%
MT	0,8%	1,3%	1,4%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%	0,9%	0,9%	1,1%	1,3%	1,3%	1,2%
Centro-Oeste	13,5%	10,4%	7,2%	11,9%	11,6%	13,1%	11,9%	10,6%	7,9%	8,9%	8,5%	9,1%	8,7%
AL	0,4%	0,4%	0,4%	0,6%	0,6%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
BA	3,9%	3,6%	1,4%	2,6%	2,7%	2,8%	2,9%	2,5%	2,0%	2,1%	2,0%	1,9%	1,8%
CE	1,6%	1,8%	2,0%	1,3%	1,3%	1,1%	1,0%	1,1%	0,8%	0,9%	1,1%	1,0%	0,9%
MA	0,8%	0,4%	0,3%	1,2%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%
PB	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
PE	2,5%	2,9%	2,1%	2,0%	2,0%	1,8%	1,6%	1,3%	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,4%
PI	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
RN	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
SE	0,2%	0,2%	0,2%	1,0%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Nordeste	10,3%	10,0%	7,2%	9,7%	8,6%	8,6%	8,2%	7,1%	5,8%	6,0%	6,2%	6,1%	6,1%
AC	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
AM	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	1,6%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%
AP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
PA	0,6%	0,6%	8,0%	2,0%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%
RO	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
RR	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
TO	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Norte	1,3%	1,2%	8,8%	2,9%	2,8%	1,5%	1,3%	1,2%	1,1%	1,2%	1,4%	1,5%	1,6%
ES	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%
MG	5,7%	6,0%	4,8%	4,7%	4,6%	4,8%	5,1%	4,7%	4,8%	5,0%	5,6%	6,4%	5,2%
RJ	17,9%	11,1%	6,7%	7,5%	10,3%	9,9%	11,2%	8,5%	8,7%	8,4%	7,9%	7,5%	6,9%
SP	38,3%	44,6%	52,7%	51,7%	49,1%	48,9%	49,6%	56,1%	60,1%	57,9%	56,5%	55,3%	57,3%
Sudeste	62,5%	62,4%	64,9%	64,8%	64,7%	64,6%	66,8%	70,1%	74,3%	72,0%	70,8%	70,1%	70,2%
PR	4,4%	9,0%	5,5%	4,5%	4,7%	5,0%	4,7%	4,8%	4,5%	4,8%	5,2%	5,0%	5,3%
RS	5,6%	5,4%	4,9%	4,5%	5,5%	5,4%	5,2%	4,5%	4,7%	5,3%	5,8%	6,1%	5,8%
SC	2,3%	1,7%	1,6%	1,7%	2,0%	1,9%	1,8%	1,7%	1,8%	1,9%	2,1%	2,2%	2,2%
Sul	12,4%	16,1%	12,0%	10,8%	12,2%	12,3%	11,7%	11,0%	10,9%	12,0%	13,1%	13,3%	13,3%
BRASIL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

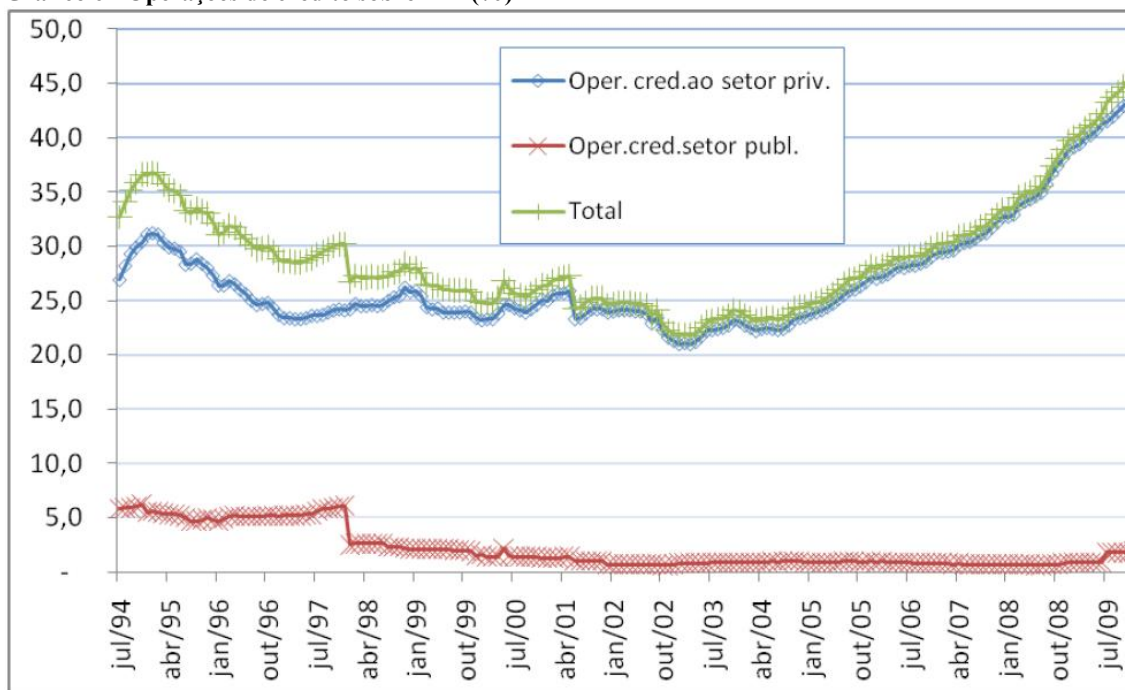
Fonte: PAULA e FREITAS (2010, p. 108) – a partir dos dados de crédito obtidos no Sisbacen

A partir dos anos 2000, percebe-se um aumento na participação das regiões Sudeste - de 66,8% em 2000 para 70,2% em 2006 - e Sul – de 11,7% para 13,3%. Por outro lado, houve

uma redução na participação das regiões Nordeste – de 8,2% para 6,1% - e Centro-Oeste – de 11,9% para 8,7%. A região Norte manteve-se praticamente estável. “Esses dados parecem fornecer evidências de que a consolidação do setor foi acompanhada por uma concentração regional do crédito” (PAULA e FREITAS, 2010, p. 107).

O Gráfico 6 mostra a evolução da relação Crédito/PIB, discriminando as operações destinadas ao setor público e privado.

Gráfico 6 - Operações de crédito sobre PIB (%)



Fonte: PAULA, OREIRO e BASILIO (2010) – a partir de dados do Banco Central do Brasil

A partir de 2003, nota-se um grande *boom* do crédito no Brasil e uma crescente representatividade do crédito em relação ao PIB. Em 2003, a relação crédito total/PIB era de 21,8% e passou a ser de 30,0% em 2007, mais de 40,0% em 2008 e atingiu 45,0% em 2009. Segundo Paula, Oreiro e Basilio (2010, p. 41), os condicionantes macroeconômicos mais importantes desse crescimento foram: maior crescimento do produto e renda; redução na taxa nominal de juros; estabilidade macroeconômica e mudança no perfil da dívida pública. Os mesmos autores ainda apontam as características gerais do período em que o crédito cresceu de forma mais acentuada (entre 2003 e 2008): absorção do crédito pelas instituições privadas, maior participação do segmento de crédito com recursos livres (com domínio de um *funding* doméstico) e o maior dinamismo das instituições privadas nacionais em relação às demais instituições financeiras (públicas e estrangeiras).

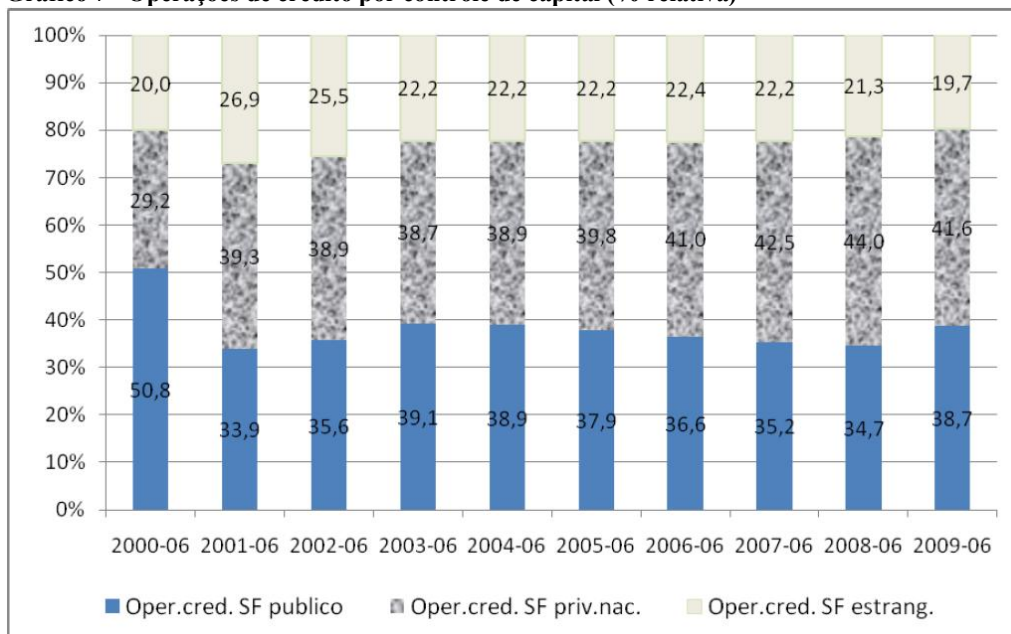
3.3 A atuação do governo na crise financeira e a importância do crédito

A partir de setembro de 2008, com a quebra do Lehman Brothers e o início da crise financeira internacional, o cenário do crédito sofreu algumas mudanças de rumo. Segundo Paula, Oreiro e Basilio (2010), o mercado de crédito bancário brasileiro sofreu impactos negativos com a crise financeira e foi um dos canais de contágio para a chegada desta no Brasil. Apesar disso, o governo brasileiro suportou uma atuação contra-cíclica e os bancos públicos, principalmente os federais (BNDES, Banco do Brasil e CEF) aumentaram a sua participação no crédito total do país, evitando uma desaceleração maior na taxa de crescimento do crédito.

A retomada das condições favoráveis do mercado de crédito foi impulsionada pelas medidas monetárias e fiscais de caráter anticíclico adotadas pelo Banco Central e pelo governo federal em resposta ao quadro restritivo observado nos últimos meses de 2008, com ênfase nos impactos dos empréstimos em moeda estrangeira, destinados a assegurar sustentação à atividade exportadora, e da liberação de recolhimentos compulsórios, com vistas a prover liquidez em moeda doméstica no mercado interbancário. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p. 50)

O Gráfico 7 mostra a evolução da relação das operações de crédito por controle de capital (público, privado nacional ou estrangeiro).

Gráfico 7 - Operações de crédito por controle de capital (% relativa)



Fonte: PAULA, OREIRO E BASILIO (2010, p. 54) – a partir de dados do Banco Central do Brasil

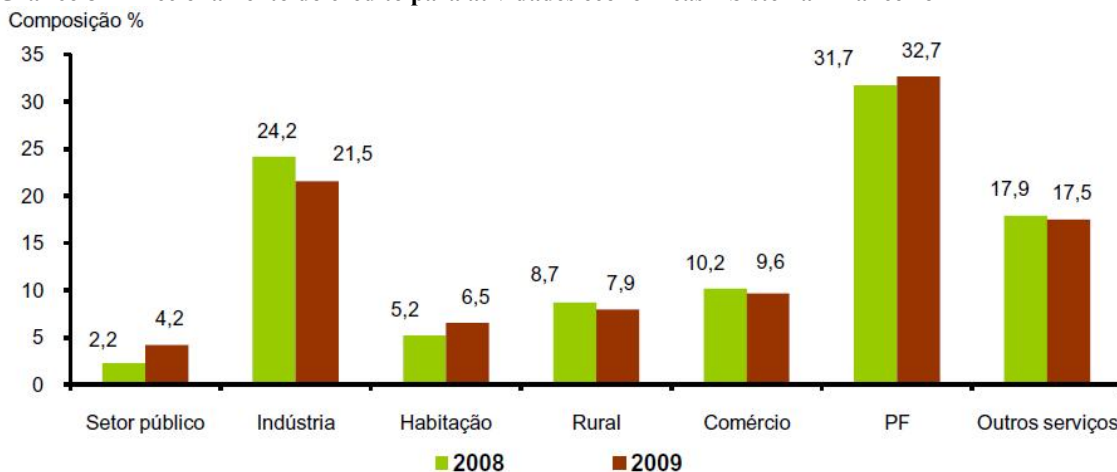
Conforme analisado, o grande destaque fica por conta do significativo aumento da participação das instituições públicas, que em 2008 representava 34,7% das operações de crédito no Brasil e passou para 38,7% em 2009. Os outros dois setores perderam espaço na crise. As instituições privadas nacionais reduziram sua participação de 44,0% em 2008 para 41,6% em 2009. Já as instituições estrangeiras tiveram uma redução de 21,3% para 19,7, no mesmo período.

A Tabela 9 e o Gráfico 8 mostram o direcionamento do crédito para as diferentes atividades econômicas no país no período de 2008-2009.

Tabela 9 - Operações de crédito por atividade econômica (R\$ milhões)

	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas físicas	Outros serviços	Total setor privado
2008.01	215 369	46 355	90 024	96 861	320 838	156 689	926 136
2008.02	218 842	47 169	90 618	98 918	326 881	158 296	940 725
2008.03	230 587	48 416	92 274	102 018	334 349	166 021	973 666
2008.04	237 429	49 699	94 021	104 585	342 920	169 967	998 621
2008.05	241 514	51 018	96 234	106 976	351 412	178 155	1 025 308
2008.06	244 752	52 578	98 396	110 866	357 057	184 711	1 048 361
2008.07	248 316	54 218	98 763	112 814	365 375	186 916	1 066 402
2008.08	254 474	56 177	99 551	117 441	370 984	191 216	1 089 843
2008.09	269 514	58 132	102 669	120 430	380 080	200 661	1 131 485
2008.10	279 382	59 828	104 260	122 890	386 693	210 463	1 163 516
2008.11	290 605	61 774	104 882	124 554	386 408	215 713	1 183 936
2008.12	296 435	63 268	106 365	124 802	389 541	219 666	1 200 077
2009.01	294 021	64 372	106 397	122 699	394 472	219 751	1 201 712
2009.02	298 826	66 072	106 415	118 816	399 092	212 041	1 201 262
2009.03	300 070	67 802	106 810	119 628	405 803	214 725	1 214 838
2009.04	297 305	69 510	107 398	119 815	411 422	215 052	1 220 503
2009.05	295 471	71 545	107 678	120 404	422 566	215 174	1 232 838
2009.06	299 413	74 110	106 671	120 969	428 130	219 053	1 248 346
2009.07	296 659	76 939	106 195	121 877	431 961	219 262	1 252 891
2009.08	296 049	79 850	108 626	124 696	437 502	224 922	1 271 645
2009.09	298 797	82 716	110 549	127 501	444 686	229 296	1 293 545
2009.10	299 058	85 243	112 920	130 678	451 807	232 277	1 311 984
2009.11	302 807	86 765	112 593	133 852	457 700	237 439	1 331 157
2009.12	304 745	91 875	112 260	136 305	462 457	245 225	1 352 867

Fonte: PAULA, OREIRO E BASILIO (2010, p. 77) – a partir de dados do Banco Central do Brasil

Gráfico 8 - Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009, p. 51)

Segundo o Paula, Oreiro e Basilio (2010), as operações de crédito destinadas ao setor privado cresceram 12,7% em 2009, em doze meses, e atingiu a marca de R\$1.353 bilhões. Destas, o crédito voltado para pessoas físicas cresceu 18,7% no período, puxado pelo maior dinamismo do crédito consignado, financiamento de veículos e crédito habitacional. O crédito para habitação cresceu 45,2% no ano e totalizou R\$91,9 bilhões. O financiamento para a indústria foi o que menos cresceu no período, apenas 2,84%. O crédito para outros serviços teve um crescimento de 11,6%, enquanto o financiamento comercial aumentou em 9,2% e o crédito rural, 5,5%.

Em relação à composição desses mesmos setores no crédito total, incluindo o setor público, segundo o Boletim do Banco Central do Brasil (2009), o crédito industrial foi o que perdeu mais participação no período de 2008-2009, passando de 24,2% para 21,5%. Já o financiamento destinado à pessoa física, o crédito habitacional e do setor público ganharam participação na composição. O primeiro passou de 31,7% para 32,7%, enquanto o segundo foi de 5,2% para 6,5% e o terceiro, que teve o maior aumento percentual, passou de 2,2% para 4,2%.

Em 2010, essa maior participação pública no crédito brasileiro continuou. “A presença dos bancos públicos na concessão do crédito segue forte e, ao contrário da projeção do Banco Central feita no final de 2009, as instituições privadas nacionais ainda não conseguiram inverter sua posição de segunda colocada para a qual foram deslocadas por conta da crise” (CAVALCANTI, 2010). Segundo a autora, o BNDES ainda é o principal órgão puxador das operações de crédito no país, mantendo uma taxa de 32,3% em 12 meses. Outras instituições

públicas que também seguem com relevante importância nas operações de crédito do país são: o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal (maior responsável pela concessão de crédito habitacional - 51,1% em 12 meses). A autora aponta que, apesar da tendência de crescimento do crédito, não só por conta dos bancos públicos, mas também pelos bancos privados, a proporção do estoque de crédito em relação ao PIB foi mantida em 48% por conta do crescimento econômico. Em agosto deste ano, o estoque de crédito atingiu R\$1,582 trilhão, equivalente a 46,2% do PIB.

Ficou claro que a atuação do governo brasileiro diante da explosão da crise financeira internacional foi muito mais do que importante para o não agravamento desta no cenário nacional. Ao contrário do que era esperado, a injeção de moeda na economia e o aumento da participação no crédito total do país por parte dos bancos públicos, para impedir a desaceleração desse setor, deixou o país menos vulnerável aos avanços da crise. Em meio a uma das mais importantes crises financeiras internacionais, o crédito se mostra cada vez mais importante para uma economia, atuando tanto na contenção dos avanços da crise, como na significativa participação para o crescimento do país.

A oferta de crédito é causa e consequência do crescimento econômico, já que propicia uma maior elasticidade no crescimento dos gastos dos agentes (firmas e famílias), antecipando poder de compra novo, mas ao mesmo tempo o próprio crescimento do produto e da renda acaba, pelo lado da demanda, por estimular o crescimento do crédito. Países emergentes, como o Brasil, com mercados financeiros incompletos e marcado pela instabilidade econômica, o crescimento do crédito privado estimula as decisões dos gastos dos agentes, através do aumento do crédito pessoal, crédito para aquisição de veículos e crédito para capital de giro das empresas, mas não parece atender determinadas modalidades específicas do crédito, de maior risco e/ou de horizonte temporal mais dilatado, como é o caso do financiamento do investimento e do financiamento agrícola. No caso do Brasil, tais modalidades – e mais recentemente também o financiamento as exportações – têm uma participação fundamental dos bancos públicos, em especial os grandes bancos federais. (PAULA, OREIRO e BASILIO, 2010, p. 64-65).

Segundo Troster (2010), esse crescimento do crédito nos últimos anos tem como principal instrumento a bancarização, com o aumento do uso de tecnologia. Para ele, o celular será o grande canal de comunicação entre as instituições financeiras e seus clientes. Outro ponto destacado pelo economista e consultor Roberto Luiz Troster para a continuação da expansão do crédito é a melhora na distribuição de renda para onde está indo o crédito mais barato, somada aos ganhos de eficiência e ao aumento de liquidez após a crise.

Para Zillig (2010), o principal motivo da expansão do crédito no país, nos últimos anos, é a estabilidade da moeda brasileira conquistada na última década. Mesmo com a crise financeira internacional, o crédito brasileiro manteve o seu papel e foi o principal instrumento para a retomada do crescimento do Brasil, reforçando ainda mais a capacidade de consumo da sociedade brasileira. Segundo a autora, essa expansão do crédito poderia ser ainda maior, se não fosse pelo seu custo, ainda considerado bastante elevado.

Conclusão

O *spread* bancário brasileiro (diferença das taxas médias de empréstimos cobradas pelos bancos e das taxas médias de captação tomadas pelos bancos), apesar de ter apresentado uma redução nos últimos anos, exceto pelo aquecimento da economia e a crise de 2008, ainda apresenta valores muito elevados se comparado aos valores do resto do mundo. Os componentes do *spread ex-ante* que possuíram maior participação nos últimos anos foram: inadimplência e margem líquida, erros e omissões (este último é o mais importante componente do *spread ex-post*).

O *boom* do crédito em 2003, que foi impulsionado pelos bancos privados nacionais e estrangeiros, fez com que a participação do crédito em relação ao PIB crescesse de forma significativa. A relação que era de 22% em 2003, passou para 45,0% em 2009. A concentração regional do crédito também foi mais intensa nos últimos anos. O Sudeste detém 70% do crédito nacional, sendo que somente o estado de São Paulo representa 57% do total das operações de crédito do Brasil.

Com a chegada da crise financeira em 2008, houve uma retração no crédito por parte dos bancos privados nacionais e estrangeiros. Mas a atuação dos bancos públicos, principalmente os grandes federais, foi de extrema importância para manter o crescimento do crédito no país e, conseqüentemente manter o crescimento da economia. Desde o final de 2008, a participação dos bancos públicos nas operações de crédito do Brasil aumentou bastante, representando quase 39% em 2009. Essa atuação do governo brasileiro contra os avanços da crise no país, não deixando o crédito desacelerar, foi um dos principais pontos para a contenção da crise no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 trouxe diversas mudanças no cenário bancário brasileiro, importantes para a reestruturação do setor. A abertura financeira do início da década possibilitou a entrada de diversas instituições financeiras sólidas que vinham buscar oportunidades em novos mercados. Como diversas instituições financeiras brasileiras se encontravam insolventes, devido às crises bancárias após a implantação do Plano Real, a entrada dos bancos estrangeiros foi mais que bem-vinda. Assim, o governo brasileiro iniciou diversos programas para “salvar” essas instituições insolventes. As privatizações, o Proer e o Proes ajudaram esses bancos e assim, iniciou-se um forte processo de Fusões e Aquisições bancárias. A atuação dos bancos internacionais no mercado nacional trouxe ao sistema bancário brasileiro acesso a novas tecnologias e conhecimentos. Dessa forma, o setor bancário brasileiro se mostrou mais forte e consolidado.

Os fracassos do Primeiro Acordo de Basiléia mostrou a necessidade de elaboração de um novo acordo, que trouxesse algumas alterações e melhorias em relação ao primeiro. Assim, desde o início dos anos 2000, vem sendo implantado o Novo Acordo de Basiléia, com a necessidade de se aumentar a regulamentação do sistema financeiro mundial. A implantação do Novo Acordo possibilitou uma forte consolidação do sistema bancário brasileiro, aumentando o ramo de atuação das instituições financeiras, além da utilização de novas tecnologias. Dessa forma, o cenário do setor bancário brasileiro se mostrou muito competitivo, porém com uma forte concentração nas maiores instituições atuantes no país, em que cada vez mais o número de bancos diminui e a participação dos maiores grupos aumenta.

É possível perceber até os dias atuais que alguns desses fatores ainda ocorrem. As Fusões e Aquisições ainda continuam acontecendo. Como principal exemplo, destaca-se a recente compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil. A consolidação bancária também vem se fortalecendo no Brasil, em que se observa um aumento na eficiência e na lucratividade do setor. Esse aumento pode ser percebido com as altas taxas de *spread* bancário que são cobradas pelos bancos. O *spread* é diferença das taxas médias de empréstimos cobradas pelos bancos e das taxas médias de captação tomadas pelos bancos. Exceto pelo período logo após a explosão da crise financeira de 2008, o *spread* apresentou uma redução nos últimos anos, mas, mesmo assim, ainda possui um valor considerado alto no Brasil, em relação ao valor médio do resto do mundo. Este alto valor das taxas do *spread* bancário brasileiro é uma das barreiras contra o crescimento ainda maior do crédito, em que são cobradas altíssimas taxas de juros dos empréstimos, enquanto as taxas de captação não são tão atraentes.

A partir de 2003, o crédito no país obteve taxas altas de crescimento, que a princípio, foram resultadas de uma forte atuação dos bancos privados nacionais e estrangeiros. Dessa forma, a participação do crédito no PIB nacional cresceu, aumentando a importância do crédito na economia do país. Enquanto a relação Crédito/PIB era de 22% em 2003, em 2009 essa proporção passou para 45,0%. Ao longo dos anos 2000, também foi possível perceber um aumento da concentração regional do crédito, sendo que em 2006, o Sudeste era o maior detentor das operações de crédito no Brasil, com 70% de participação, com um destaque para o estado de São Paulo, que representava 57% do total das operações de crédito do país.

A crise financeira internacional de 2008 fez que com todos pensassem que a economia brasileira, assim como a de diversos países, entrasse em recessão e o crédito sofreria uma grande retração. Mas aconteceu exatamente o contrário. Apesar dos principais bancos privados nacionais e internacionais terem perdido bastante força, o governo brasileiro tratou de injetar dinheiro na economia, principalmente nos grandes bancos federais, para conter maiores avanços da crise no país. Com isso, os bancos públicos passaram a ter uma importância fundamental na economia brasileira, sendo estes os principais responsáveis pela diminuição dos efeitos da crise no cenário doméstico. A participação dos bancos públicos no total do crédito nacional em 2009 era de quase 40%.

O Brasil conseguiu se afastar mais facilmente dos efeitos da crise financeira graças à forte atuação “anticíclica” do governo de injetar, ao invés de tirar, dinheiro na economia aumentando as operações de crédito. Dessa forma, o país conseguiu manter a economia em crescimento mesmo nesse período em que todos esperavam uma retração no crédito e recessão na economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, José R.; KÖHLER, Marcos A. e FREITAS, Paulo S. **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**. Senado Federal, Consultoria Legislativa. Textos para discussão: n. 61. Brasília: 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>, 2008. Acessado em 20 de Outubro de 2010.
- _____. **Moeda e Crédito**. In *Boletim do Banco Central do Brasil*. 2009, p. 43-59.
- CARVALHO, D. B.; SANTOS, G. M. dos. **Os Acordos de Basiléia: Um roteiro para implementação nas instituições financeiras**. Disponível em:<<http://www.febraban.org.br> >, 2007. Acesso em 15 de Outubro 2009.
- CARVALHO, Fernando Cardim de. **Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos da Basiléia**, In SOBREIRA R. (org), *Regulação Financeira e Bancária*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 121-137.
- _____. **Regulação prudencial na encruzilhada: depois de Basiléia II, o dilúvio?**. In: Paula, L.F.; Oreiro, J.L. (Org.). *Sistema Financeiro. Uma análise do setor bancário brasileiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007, p. 155-167.
- CAVALCANTI, Simone. **Bancos públicos mantêm dianteira em crédito**. *Brasil Econômico*. 23 de Setembro de 2010, p. 48.
- CORAZZA, G. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. XXVIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Campinas, 12 a 15 de dezembro de 2000.
- COSTA, F. Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: Uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999, p. 281-341.
- FARIA, João Adelino; MARINHO, Alexandre e PAULA, Luiz Fernando. **Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições**. In PAULA, Luiz Fernando e OREIRO, José Luis (org.). *Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2006.
- FREITAS, M. Cristina P. **A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro**. In: FREITAS, Maria Cristina P. de (Org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. Brasília: IPEA; São Paulo: Edições Fundap/Fapesp, 1999, p. 101-172.
- _____. **Reestruturação e dinâmica concorrencial no sistema bancário brasileiro no período 1995-2006**. São Paulo: PUC/SP, 2008.

- FREITAS, M. Cristina P, PRATES, Daniela M. **A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências.** Economia e Sociedade, Campinas, UNICAMP, n. 17, p. 81-111, dez. 2001.
- _____. **Emissões brasileiras no mercado financeiro internacional nos anos 90.** In: FREITAS, Maria Cristina P. (Org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil.* São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: Ipea, 1999, p. 61-100.
- LEAL, Rodrigo M. **Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica.** In: Paula, L.F. e Oreiro, J.L. (Org). *Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro.* Campus/Elsevier. Rio de Janeiro, 2007.
- MARTINS, Bruno S.; ALENCAR, Leonardo S. **Concentração Bancária, Lucratividade e Risco Sistêmico: uma abordagem de contágio indireto.** Banco Central do Brasil. Trabalhos para discussão, n. 190. 2009.
- PAINCEIRA, J.P. e CARCANHOLO, M. D. **Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina na década de 90.** Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política. Curitiba, 28 a 31 de maio de 2002.
- PAULA, L. F. **Dinâmica da Firma Bancária: uma abordagem não-convencional.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 1999.
- _____. **Consolidação Bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia.** Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 731-760, 2002.
- _____. **Eficiência bancária e mais crédito.** Desafios do Desenvolvimento, Brasília, p. 23, 01 mar. 2008.
- PAULA, L. F. R.; FARIA JÚNIOR, João Adelino de. **Expansão do crédito e eficiência do setor bancário brasileiro.** Valor Econômico, São Paulo, p. A12, 28 dez. 2007.
- PAULA, L. F. R.; FREITAS, A. P. G. **Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil: Uma Análise Pós-Real.** ANPEC, Brasília, v.11, n.1, p.97-123, jan/abr 2010.
- PAULA, L. F. R.; MARQUES, M. B. L. **Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, IX, Uberlândia, 2004.
- PAULA, L. F. R; OREIRO, J. L. C.; BASILIO, F. A. C. **A Estrutura do Setor Bancário Brasileiro e o Ciclo Recente de Expansão do Crédito: o Papel dos Bancos Públicos.** ANPEC. 38º Encontro Nacional de Economia. Março 2010.

- PRATES, Daniela M. **Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico**. In: FREITAS, Maria Cristina P. (Org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil*. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: Ipea, 1999, p. 17-60.
- REIS Jr, H. O. M.; PAULA, L.F; LEAL, R. M. **Decomposição do Spread Bancário no Brasil: Uma análise do período recente**. 37º Encontro Nacional de Economia da ANPEC. 2009.
- ROCHA, Fernando A. S. **Evolução da Concentração bancária no Brasil: 1994-2000**. Banco Central do Brasil. Brasília. Notas Técnicas, n. 11. 2001.
- _____. **Desnacionalização Bancária no Brasil (1997–2000)**. Campinas, 2002. Dissertação de mestrado – Unicamp.
- SOARES, Ricardo P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação**. Texto para Discussão IPEA, nº 808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
- TAVARES, M. C. A Crise Bancária Nacional e Internacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28-Jul-1996, Lições Contemporâneas, p. 2-7.
- TROSTER, R. L. **“Grande canal de comunicação do banco com o cliente será o celular”**. *Brasil Econômico*. Especial Crédito. 22, 23 e 24 de Outubro de 2010, B2-B3.
- VASCONCELOS, Marcos R; FUCIDJI, J. R. **Uma Avaliação dos Efeitos da Entrada de Bancos Estrangeiros no Setor Bancário Brasileiro**. *Análise Econômica*, Porto Alegre-RS, v. 39, 2003, p. 163-188.
- ZILLIG, Julia. **Garantia do bem é caminho para manter expansão de empréstimos**. *Brasil Econômico*. Especial Crédito. 22, 23 e 24 de Outubro de 2010, B4-B5.

Sites:

BANCO CENTRAL DO BRASIL – www.bcb.gov.br

BRADERCO – www.braderco.com.br

SANTANDER – www.santander.com.br

BANCO DO BRASIL – www.bb.com.br

ITAU – www.itau.com.br